



Bianca Aparecida dos Santos Caixeta

Movimento negro universitário: Um olhar decolonial sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília.

Brasília - DF

Novembro de 2016

Bianca Aparecida dos Santos Caixeta

Movimento negro universitário: Um olhar decolonial sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília.



Bianca Aparecida dos Santos Caixeta

Movimento negro universitário: Um olhar decolonial sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação de Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa.

**Brasília – DF
Novembro de 2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

Nome

Título:

Monografia de Graduação. Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia.

Bacharel em Sociologia, UnB, 2016

1. Raça

2. Cotas

3. Quilombo

CESSÃO DE DIREITOS

AUTOR: Bianca Aparecida dos Santos Caixeta

GRAU: Bacharel

ANO: 2016

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia de graduação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos ou fins acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia de graduação pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Bianca Aparecida dos Santos Caixeta

Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. ICS, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal.

Email de contato: Bianca.caixetaix@gmail.com

Movimento negro universitário: Um olhar decolonial sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Orientador: Joaze Bernardino Costa.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa.

(Orientador)

Prof.^a Dr. Tânia Mara Campos de Almeida

(Examinadora)

Prof.^a Dr. Joelma Rodrigues da Silva

(Examinadora)

Brasília, Novembro de 2016

“A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou eu estou. Quando eu estou, eu sou”. Beatriz Nascimento (1989).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima e tudo e todos. Aos Órixas e a Olorum. Aos deuses Indianos e ao Senhor Krishina. A tríade Sagrada pai, mãe e filho/a.

Agradeço ao meu pai, Vicente Ailton, mecânico de profissão com apenas a quarta série concluída, pelo seu exemplo dedicado de que o trabalho nos dignifica, sendo honesto sempre sobre todas as coisas. Agradeço à amorosidade e força da minha mãe, Sandra Regina, com seu exemplo salutar de mulher negra e lutadora, ela concluiu a duras penas o ensino médio.

Agradeço a minha irmã Beatriz, por acreditar em mim e por sempre me incentivar nas minhas decisões.

Agradeço ao meu companheiro, Bruno Ribeiro, pelo apoio e pelas horas de conversa a fio, que estimulam sempre meu processo criativo, me ajudando a fluir.

Agradeço a cada pessoa que cruzou meus caminhos nessa universidade e a todos/as que contribuíram para que essa pesquisa decolasse.

Agradeço aos mestres negros/as, cada um com seu exemplo e produção, que me auxiliaram a traduzir e racionalizar meus sentimentos e vivências, na linguagem acadêmica. Agradeço ao meu orientador, Joaze Bernardino Costa, pela oportunidade, confiança, ensinamentos, dicas e dedicação.

Contra todas as profecias auto-realizadoras das pessoas descrentes e indo contra as estatísticas deterministas, concluo aqui minha estadia na graduação.

RESUMO

Essa pesquisa se propõe a evidenciar a importância da formação dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília, enquanto espaços de resistência, liberdade, empoderamento, fortalecimento, politização, estudos e afetividade. Utilizando para esse fim a análise de entrevistas qualitativas e de trajetória da vida acadêmica dos/das estudantes negros/as, que integram os mesmos. Entendendo que a formação de grupos/coletivos se deve ao aumento gradual da presença de estudantes negros/as, beneficiados pela adoção das políticas de ações afirmativas pela UnB. E demonstrando que os grupos/coletivos operam de forma extremamente imprescindível no acolhimento dos/as estudantes negros/as. Propiciando a esses estudantes um espaço coletivo entendido enquanto *Quilombo afetivo*. Por fim, demonstrando minimamente a realidade das relações inter-raciais na UnB e da ação do racismo institucional para com os grupos/coletivos. Promovendo assim, a reflexão sobre a maneira com que ocorrem as dinâmicas sociais em relação à raça na universidade.

Palavras - chave: Cotas, Movimento Negro, Quilombo, Universidade de Brasília.

ABSTRACT

This research aims to highlight the importance of the formation of black groups/collective at the University of Brasília, as spaces of resistance, freedom, empowerment, strengthening, politicization, studies and affectivity. Using for this purpose the analysis of qualitative interviews and trajectory of the academic life of the black students, who are part of them. Understanding that the formation of groups/collective is due to the gradual increase of the presence of black students, benefited by the adoption of affirmative action policies by UnB. And demonstrating that groups/collective operate in an extremely essential way in the reception of black students. Providing these students with a collective space understood as affective Quilombo. Finally, demonstrating minimally the reality of interracial relations in UnB and the action of institutional racism towards groups/collectives. In this way, we reflect on the way in which social dynamics occur in relation to race in the university.

Keywords: Quotas, Black Movement, Quilombo, University of Brasilia.

LISTA DE QUADROS:

Quadro1:	Grupos/coletivos negros segundo o ano de criação	42
Quadro2:	Dados gerais dos/das integrantes dos grupos/coletivos entrevistados/as.....	55

LISTA DE SIGLAS

ACN- Associação Cultural do Negro
ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional
CESPE/UNB- Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
CEPE- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CCN- Centro de Convivência Negra
DEG- Decanato de Ensino e Graduação
DCE- Diretório Central dos Estudantes
DEM- Democratas
DST/AIDS- Doenças sexualmente transmissíveis/ Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
FAC - Faculdade de Comunicação –UNB
FACE - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - UNB
FCE- UNB
FE - Faculdade de Educação- UNB
FD- Faculdade de Direito - UNB
FNB- Frente Negra Brasileira
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GEAC- Grupo de Estudos Afrocentrados
GEMAA- Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação afirmativa
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
ICS- Instituto de Ciências Sociais
ICC- Instituto de Ciências Central de Ciências
IDA- Instituto de Artes- UNB
IPCN - Instituto de Pesquisa e Cultura Negra
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPOL- Instituto de Ciência Política- UNB
IESP-UERJ- Instituto de Estudos Sociais e Políticos
LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC -Ministério da Educação
ONU- Organização das Nações Unidas
MNU- Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
MINC -Ministério da Cultura
MS- Ministérios da Saúde
NPIR - Núcleo de Promoção da Igualdade Racial
NEPEM- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres
PAS - Programa de Avaliação Seriada
PNAD- SCDH- Sociedade Civil e Direitos Humanos
SESU- Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação
SEPPIR- PR- Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SOL -Departamento do Sociologia – UNB

UNB- Universidade de Brasília
TEN- Teatro Experimental do Negro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: MOVIMENTO NEGRO E AÇÕES AFIRMATIVAS	17
1.1 Breve contextualização histórica do movimento negro no Brasil.....	17
1.2 Breve histórico das ações afirmativas na Universidade de Brasília.....	21
CAPÍTULO 2:CORPO E IDENTIDADE	31
2.1 Corpos , cor e coletivos.....	31
CAPÍTULO 3 : QUILOMBO, AFETIVIDADES E COLETIVOS	36
3.1 Resignificação do conceito de Quilombo: Rede de afeto, fortalecimento e solidariedade.....	36
CAPÍTULO 4: MOVIMENTO NEGRO UNIVERSITÁRIO	42
4.1 Levantamento histórico da luta negra na Universidade de Brasília.....	42
4.2 Descrição dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília.....	45
CAPÍTULO 5: A VIVÊNCIA NEGRA NA UNIVERSIDADE: DE DENTRO PARA FORA:	53
5.1 Quem são as/os estudantes negro/as presentes nos grupos/coletivos negros/as mapeados na UnB quais foram as suas motivações para ingressarem na universidade e se já haviam ouvido sobre o programa de cotas.....	54
5.2 Percepções e vivências dos/das estudantes negros/as após o ingresso na Universidade de Brasília.....	61
5.3 O corpo negro na Universidade de Brasília.....	65
5.4 Quilombos Afetivos: Grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília...	71
5.5 A importância dos grupos/coletivos negros a partir da análise das trajetórias de vida dos/as estudantes negros/as.....	79
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	86
ANEXOS	90
Anexo I- Roteiro do levantamento de dados a respeito dos grupos/coletivos raciais/afrocentrados- UnB , ano 2015.	90
Anexo II- Entrevista – roteiro semi estruturado.....	91
Anexo III – Lei nº 10.639.....	93
Anexo IV – Lei nº 12.711	95

1- INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a fazer um resgate da atuação e mobilização negra no interior da Universidade de Brasília. E com base nas entrevistas, será construída uma descrição para entender a essência do processo de consolidação dos grupos/coletivos¹ formados na UnB, após a adoção das ações afirmativas e o aumento, mesmo que pequeno, de estudantes negros/as na universidade, isto é, quando comparados à população total de estudantes matriculados na instituição.

No primeiro capítulo, realizou-se um levantamento dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília, no período de 2001 a 2015. É através da análise das entrevistas qualitativas que será feito o resgate das vivências dos/as estudantes negros/as na UnB. Esse resgate será de suma importância para consubstanciar o significativo papel dos grupos/coletivos negros na vivência acadêmica dos/as estudantes negros/as. Também foram realizadas uma contextualização histórica da atuação do Movimento Negro no Brasil e do processo de implementação das políticas públicas de ações afirmativas na UnB.

Neste projeto, a implementação das ações afirmativas na Universidade de Brasília, aparecerá com marco de conquista para à população negra do DF e Entorno, dando importância para os seus posteriores desdobramentos no espaço acadêmico. Desdobramentos, estes que refletem a emergência de um novo *ethos* das relações raciais na UnB, e que influenciam substancialmente a disposição dos corpos no espaço físico na instituição, bem como na produção de conhecimentos realizados pelos estudantes, interpretados aqui sob a ótica da perspectiva *outsider within*², e no surgimento e ressignificação de categorias a partir das vivências e locais de fala

No segundo capítulo, desenvolve-se uma reflexão sobre o corpo negro. Pois, falar sobre ações afirmativas raciais envolve o processo de autodeclaração,

¹ A organização negra na Universidade de Brasília, nesta pesquisa, é denominada de grupos/coletivos negros/afrocentrados ou “movimento negro universitário” a fim de diferencia- lá do contexto nacional do movimento negro.

² O termo *outsider within* foi cunhado pela autora Patricia Hill Collins e não tem uma correspondência inquestionável em português, por isso optamos por manter o termo original. Possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro”. (n. da t.)

entendido aqui como o reconhecimento de pertencer a um grupo racializado. Nesse processo, também pode ocorrer à mobilização da negritude enquanto identidade negra politizada, atuando estrategicamente na demarcação de um *lócus* enunciativo. E é também falar de um corpo que é historicamente subjugado e imagetivamente controlado, estereotipado e negativado pelo olhar do outro. Nesse contexto, assumi-se que as cotas trabalham dentro da “política de transfiguração”, isto é, construindo uma imagem positivada do/a negro/a na sociedade.

No terceiro capítulo, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o conceito de Quilombo. Entende-se que o conceito de quilombo passou por diversas reformulações no decorrer do tempo, e é a partir da conceituação de quilombo pela historiadora Beatriz Nascimento e das narrativas presentes nas entrevistas que foi construído a ideia de quilombo afetivo : *Quilombo Afetivo* é entendido aqui de maneira polissêmica e polifônica, que pode ser tanto físico quanto apenas vivencial. Que permite a construção de afetos, de empoderamento, de confraternização, articulações políticas, de estudos e etc. entre os/as estudantes negros/as.

Em suma, o cerne de investigação deste projeto é a implementação das ações afirmativas na Universidade de Brasília, a descrição da organização do movimento negro na UnB e a análise da vida acadêmica, por meio de entrevistas com os/as estudantes negros/as que protagonizam as mudanças essenciais nas dinâmicas raciais na UnB.

A formulação descritiva e qualitativa, dessa pesquisa, visa avançar além das estatísticas atribuídas à adoção das políticas de ações afirmativas na Universidade de Brasília. Pretende-se descrever uma possível mudança na estrutura das relações raciais na instituição, a partir do aumento gradual da presença negra nos espaços que são, majoritariamente, ocupados por pessoas brancas e do protagonismo negro na Universidade de Brasília.

Nesse sentido, efetivou-se a aplicação de um questionário e a execução de entrevistas qualitativas com os integrantes dos grupos/coletivos levantados. As entrevistas foram analisadas no esforço de transcrever, em linguagem acadêmica, as vivências dos/as estudantes negros/as. Visando evidenciar a importância dos grupos/coletivos negros e de esboçar um micro-diagnóstico das relações raciais na UnB, para tanto foram utilizados os referenciais teóricos de autores/as intelectuais negros/as da Diáspora e da perspectiva Decolonial.

No quarto e quinto capítulo, a partir da aplicação dos questionários aos integrantes dos grupos/coletivos negros realizou-se uma descrição geral de cada grupo/coletivo negro. Descrevendo a organização do movimento negro universitário e trazendo visibilidade às vivências dos/das estudantes negros/as que compõem os grupos/coletivos negros no espaço da Universidade de Brasília. O principal avanço desta pesquisa reside na tentativa de “enegrecer” ainda mais a produção de conhecimento por e para os/as estudantes negros/as da Universidade de Brasília, a partir de suas vivências e da sua experiência política e biopsicossocial de resistência, resiliência, organização e afetividades na UnB.

Em relação à metodologia desta pesquisa, foram realizadas entrevistas qualitativas e semi-estruturadas visando à formulação de uma leitura de mundo a partir das narrativas. Realizou-se um levantamento bibliográfico, historiográfico e de referencial teórico sobre a temática racial, o Movimento Negro no Brasil, as políticas de ações afirmativas, o conceito de Quilombo e sobre as relações raciais. E um esforço de análise da organização dos grupos/coletivos sob a perspectiva da produção de conhecimento decolonial e a construção e ressignificação de categorias, tais como a ideia de *quilombos afetivos* foi efetivada.

Apesar dos esforços de muitos/as pesquisadores, de acompanharem os processos e vivências da realidade dos/as estudantes cotistas, muitas questões ainda permanecem sem a devida atenção, e outras ainda requerem intenso acompanhamento e avaliações periódicas. Dessa forma, ainda se tem um longo caminho para visibilizar o processo de mobilização e luta a favor das políticas de ações afirmativas pelo Movimento Negro, no Brasil e nas universidades.

Esta pesquisa compromete-se a preencher as lacunas que os relatórios oficiais não abrangem. A partir do olhar sociológico e decolonial, intentou-se esboçar as dinâmicas das relações raciais, por meio do resgate vivencial expresso nas entrevistas com os/as estudantes negros/as, inseridos no contexto das ações afirmativas e nos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília.

Para tanto, é necessário começar pela lembrança de que foi por meio da luta do movimento negro pelo reconhecimento do direito à educação que culminaram nas sanções de políticas públicas de ações afirmativas nas universidades, como será exposto a seguir.

CAPITULO 1 – MOVIMENTO NEGRO E AÇÕES AFIRMATIVAS

1.1. Breve contextualização histórica do movimento negro no Brasil.

Apesar das mobilizações, no âmbito político e social, apenas no ano de 2012 que o Superior Tribunal Federal aprovou a constitucionalidade do sistema de cotas nas instituições de ensino superior públicas. Nesse mesmo ano, o Congresso Nacional instituiu uma lei tornando obrigatório o estabelecimento da reserva de vagas em todas as universidades federais. A Presidência da República sanciona a Lei nº 12.711/2012, determinando o mínimo 50% de reserva de vagas nas instituições federais para os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

A Lei de cotas, como ficou conhecida a Lei nº 12.711/2012, determina um novo modelo de distribuição das vagas nas universidades. Com relação à raça a Lei formula sub-cotas raciais segundo o critério de classe, ou seja, a Lei estipula que haja sub-cotas específicas para os/as negros/as oriundos/as de classes sociais distintas.

A despeito de todo o histórico de escravidão, marginalização, genocídio e exclusão da população negra, o Estado brasileiro delibera, muito tardiamente, sobre as políticas de ações afirmativas, para a inclusão do povo negro nos setores da sociedade brasileira, negados historicamente aos negros/as. O acesso à universidade é o exemplo de um direito que nunca foi garantido ao povo negro ou ao pobre que reside à margem dos grandes centros urbanos. A seguir, o histórico de lutas do movimento negro no Brasil e da sua atuação com relação ao acesso a educação pela população negra.

O movimento negro no Brasil é caracterizado como marcado por fluxos e refluxos de atuação e mobilização no decorrer das últimas décadas do século XX. Segundo Petrônio Domingues (2007), a história de atuação do movimento negro pode ser apreendida de maneira geral ao longo dos anos.

Na primeira fase (1889 -1937), logo após a abolição da escravidão o discurso racial era caracterizado como moderado e a estratégia cultural de “inclusão” era a de

assimilação, assumindo que a causa da marginalização do negro era a escravidão e o despreparo moral/educacional, e a solução proposta contra o racismo nessa época eram pela via educacional. A organização do movimento nessa fase era por meio de agremiações negras, palestras, atos públicos “cívicos” e publicação de jornais numa tentativa de lutar pela cidadania recém-adquirida e evoluir para organizações de âmbito nacional.

As primeiras manifestações ocorreram em São Paulo com o surgimento da imprensa negra. O primeiro jornal negro, O Menelick, começa a circular em 1915. Seguem-lhe A Rua (1916), O Alfinete (1918), A Liberdade (1919), A Sentinela (1920), O Getulino e o Clarim d’ Alvorada (1924). Em 1931, foi fundado a Frente Negra Brasileira (FNB) a partir da organização de um “grande conselho” negro. A FNB teve atuação na luta contra a discriminação e a inclusão dos/as negros/as na esfera pública em São Paulo.

Em 1937, foi decretado o Estado Novo por Getúlio Vargas e todas as organizações políticas foram dissolvidas, incluindo a Frente Negra Brasileira. A FNB permaneceu assim até a volta da redemocratização. Algumas lideranças desse período: Vicente Ferreira, José Correia Leite e Arlindo Veiga dos Santos.

Na segunda fase (1944-1964), o discurso racial ainda era moderado, porém a estratégia cultural de “inclusão” passa a ser a idéia de integração. Uma das soluções inferidas contra o racismo eram a eliminação do complexo de inferioridade do negro e a reeducação racial do branco.

Os métodos mobilização foram às organizações de teatros, imprensas, eventos “acadêmicos” e ações visando à sensibilização da elite branca para o negro no país. Em 1944, no Rio de Janeiro, Abdias do Nascimento fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN).

O TEN foi responsável pela produção teatral negra, pelo combate à discriminação racial, à conscientização e o protagonismo do negro no palco e fora dele. Em 1954, foi fundada a Associação Cultural do Negro (ACN), no momento de rearticulação do movimento negro. Com a vigência da Ditadura brasileira, em 1960, as manifestações raciais eram coibidas, assim como todas as demais manifestações de cunho social.

Na terceira fase do movimento negro (1970-1995), o discurso racial passou a ser de afirmação incisiva do negro e a principal estratégia cultural de “inclusão” era a

diferenciação (igualdade na diferença). Segundo Gomes (2011: 142), o movimento negro, enquanto movimento social constituiu um novo sujeito coletivo e político, emergindo na década de 70. Em 1975, no Rio de Janeiro, é fundado o Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN) e em 1978 tem-se a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), considerado um dos principais protagonista na luta contra o racismo e a discriminação racial no Brasil.

Na década de 80, houve a criação na esfera pública do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e a criminalização da discriminação racial na Constituição brasileira de 1988. O ano de 1988 representa o marco de fundação da primeira instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, a Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MINC), pelo Governo Federal.

É no campo da Educação, que ocorre uma das principais demandas do movimento negro na década de 80. O acesso à educação constituía um dos elementos básicos de luta contra as desigualdades sociais. O movimento negro reconhecia que a escola é um espaço de reprodução das desigualdades sociais e raciais, devido ao conteúdo eurocêntrico do currículo escolar, pois engessa a população negra somente ao período escravocrata. Nas demandas do movimento negro a questão quilombola, assim como a distribuição de riquezas e de terras, também estava presentes ao fim da década de 80, porém, estavam situadas dentro de um processo específico, não estando presentes na agenda central do Movimento Negro Unificado. Em 1995³ o MMU junto aos quilombolas realizaram o I Encontro Nacional dos Remanescentes de Quilombos.

Nessa fase o sistema capitalista era percebido como a principal causa da marginalização do negro na sociedade. Toda a distribuição desigual de renda, o acesso desigual a escolarização e a terra acirram cada vez mais as diferenças sociais. Uma das soluções pensadas era pela via política, ou seja, pela implementação de políticas específicas para a população negra.

As políticas seriam, como por exemplo, as ações afirmativas na educação que podem contribuir para a mitigação das desigualdades sociais e raciais. Os

³ **BARBOSA**, Miltom. Movimento Negro: Um pouco da História Não Oficial! Movimento Negro Unificado : 27 anos de luta. 2005. Disponível em: <http://afrodescendentes1.blogspot.com.br/p/afromundos.html> Acesso em:06/09/2016

métodos de mobilização adotados nessa época, em geral, foram os de manifestações públicas, imprensas negras, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional. Essa foi uma fase de reafirmação do movimento negro e de reivindicação de políticas específicas para a população negra.

Em 1995, ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares foi organizada a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada no mês de novembro, em Brasília. Ao fim da Marcha Zumbi dos Palmares, foram apresentados documentos com as propostas de implementação de políticas de ações afirmativas e de inclusão de uma disciplina sobre a Cultura e história de África no ensino básico brasileiro.

A Marcha Zumbi dos Palmares, foi um acontecimento muito importante para o movimento negro no Brasil, pois, foi a partir dela que as questões étnico-raciais compuseram pautas políticas, em especial no que tange à educação. As principais lideranças desse período foram Hamilton Cardoso (1954-1999) e a Lélia Gonzalez (1935), Abdias Nascimento (1914- 2011), Beatriz Nascimento (1942- 1995) e Eduardo Oliveira (1926-2012).

Numa quarta fase (1996-2000), o movimento negro começa uma etapa propositiva de efetivação das políticas públicas e de ações afirmativas, demandadas desde a Marcha Zumbi dos Palmares. É a partir dos anos 2000, segundo Gomes (2011, p.133), que o movimento negro tem conseguido influenciar o governo brasileiro e os principais órgãos de pesquisa, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

A presença do movimento negro e de pessoas anti-racistas, em setores do governo, tem possibilitado mudanças estruturais nas áreas da saúde, cultura e na educação, principalmente, nas universidades públicas com a conquista das ações afirmativas raciais.

Em 2001, na África em Durban ocorreu a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), considerada um marco histórico para o movimento negro em relação à questão racial no campo da educação, em relação as política públicas de ações afirmativas. Em 2003, o governo federal instituiu a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e nesse mesmo ano a SEPPIR elabora e sanciona a Lei 10.639/2013 de estudos

sobre a Cultura e história de África no ensino básico brasileiro.

De 2000 a 2016, ainda há muitas lacunas a ser preenchido na história do movimento negro atual, tema este que não será avançado nesta pesquisa, mas que se pode compreender de maneira geral, como um período de intensa produção de conhecimento e de revisão do arcabouço de saberes produzidos pelo movimento negro nas últimas décadas. A realização dessa revisão bibliográfica deverá sem dúvidas, ser feita pela juventude negra nas universidades, que inspiradas pela luta e pela resistência ancestral construirão bases para a superação dos desafios que ainda permanecem como o racismo e a discriminação.

Uma das reivindicações, na pauta política, do movimento negro que perpassa os fluxos e refluxos são o acesso à educação para população negra, as ações afirmativas e as políticas de permanência. Com a virada do século XX para o XXI a atuação do movimento negro e as suas reivindicações têm impactado e influenciado o cenário político, pela pressão feita ao Estado. E no que diz respeito à garantia de direitos de acesso à educação superior por meio das políticas públicas de ações afirmativas e com sanção da Lei Federal nº 12.711/2012 que garante o acesso dos/as negros/as às universidades em todo o Brasil.

Porém, é fundamental afirmar que a aprovação da supracitada lei não é uma benesse do Estado, mas fruto da luta e pressão política do movimento negro em todos os quadrantes do país. Essa é a constatação feita por diversos pesquisadores do tema, entre eles Sales Augusto dos Santos. Para Santos (2013: 23), as “políticas de ações afirmativas que foram ou estão sendo implementadas no Brasil nos últimos quinze anos não são obra da boa vontade dos governos ou do Estado brasileiro, cuja trajetória vertical vem de cima para baixo como alguns intelectuais conservadores brasileiros costumeiramente afirmam” e sim fruto de muita luta mobilização e organização do movimento negro para a construção de uma sociedade equânime e justa para com toda a população negra.

1.2 Breve histórico das ações afirmativas na Universidade de Brasília.

Mesmo com o advento das políticas de ações afirmativas, o acesso à educação de nível superior pela população negra, ainda é mínima e incipiente na

diminuição das desigualdades e injustiças raciais na sociedade brasileira. O acesso à educação superior é transpassado por dificuldades diversas, além do que as ações afirmativas podem abranger em sua atual formatação, isto é, além da reserva de vagas, deveria haver políticas efetivas de auxílio à permanência do/a estudante negro/a cotista.

O acolhimento dos/as estudantes negros/as cotistas ocorrem pela iniciativa dos estudantes negros/as, integrantes dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília. A instituição por sua vez, adota apenas políticas de permanência, como bolsas de auxílio socioeconômico, moradia e alimentação que não abrangem todos/as os/as estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.

Uma das funções mais importantes que os grupos/coletivos exercem é a prática de acolhida do estudante negro/a recém ingressos na academia. Os processos de acolhimento variam de grupo para grupo. Entende-se por acolhimento, um espaço de integração, politização, reconhecimento e fortalecimento coletivo que viabilize a adaptação às dinâmicas do espaço universitário, a produção de conhecimento e a criação de laços afetivos. Nesta pesquisa, o acolhimento é expresso de maneira mais ampla.

É a criação desses grupos/coletivos e a compreensão de sua atuação e organização que aqui se interpreta como a formação de um *Quilombo afetivo*. Pois, é nesses grupos/coletivos em que os/as estudantes negros/as, cuja identificação racial é o primeiro motivo para se reunirem, o local onde ocorrem a fortificações de suas identidades raciais, a luta e o combate contra as hegemonias racistas do saber, da cultura e do espaço físico.

O conceito de *Quilombo* é para Abdias do Nascimento (2002: 273), a “reunião fraterna e livre, de solidariedade, convivência e comunhão existencial”, ademais, acompanhado do termo *afetivo* infere-se que transcende a esfera das relações interpessoais. Isto é, para além da vida universitária permeando também as relações intimistas da vida privada.

Assim *Quilombo Afetivo* é o espaço que pode ser tanto físico quanto vivencial, no qual podem ser realizadas periódicas reuniões, construção de afetos, articulações políticas, festejos, empoderamentos, vivências e produções acadêmicas a partir de uma reflexão conjunta das/os estudantes negras/os que o compõem.

Para fins didáticos e historiográficos, elucidamos que a Universidade de Brasília atualmente utiliza quatro processos de seleção para o ingresso: O sistema universal (vestibular); o Programa de Avaliação Seriada (PAS) instituído em 1996; O vestibular indígena proveniente de um convênio com Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com o objetivo de promover o acesso de estudantes indígenas à universidade existente desde 2003, possuindo uma reserva de 10 vagas por semestre para os cursos presenciais de graduação – Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Enfermagem, Engenharia Florestal e Medicina.

O convênio com a FUNAI era prevista para 10 anos, terminando, portanto, em 2014. Com o fim do convênio com a FUNAI, em 2014, a UnB passa a fazer uma seleção específica para os candidatos que vivem em comunidades indígenas e o Ministério da Educação assume o repasse do auxílio socioeconômico aos estudantes indígenas. Com a implementação da Lei de cotas, a inscrição do vestibular para estudantes indígenas passa a ocorrer segundo o mesmo critério de inscrição para os candidatos pardos e pretos, por autodeclaração.

Em 2013, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), da Universidade de Brasília, reavaliou a implementação da política de ação afirmativa racial, parte do plano de Integração Étnico-Racial da instituição, tendo em vista a implementação da Lei nº 12.711. Na ocasião o CEPE deliberou a redução de 20% para 5% da reserva das vagas para candidatos autodeclarados negros. Com relação aos estudantes indígenas a Instituição continuará ofertando o mesmo número de vagas por semestre, sem restrição de renda ou origem escolar.

O debate racial na UnB, se substância em 1999, em decorrência das repercussões de uma denúncia de racismo no Departamento de Antropologia contra o Ariovaldo Lima Alves⁴, o primeiro doutorando negro do curso de Antropologia,

⁴ O caso Ari, como ficou conhecido o caso de racismo institucional contra Ariovaldo Lima, que no ano de 1998 era o único estudante negro do programa de pós-graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade de Brasília. Ariovaldo Lima foi reprovado numa disciplina obrigatória sem justificativa passível para a reprovação. Colocando-o sob o risco de não concluir o curso. O caso repercutiu devido à recusa do professor em aceitar o pedido de recurso de revisão da menção final, encaminhada e indeferida por três instâncias administrativas da UnB. **Fonte: LIMA, Ariovaldo. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: Negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual.** Revista *Afro-Ásia*, 25-26 (2001), 281-312.

após 20 anos de existência do programa de doutorado. Ariovaldo Lima Alves foi reprovado em uma disciplina obrigatória, segundo Jose Jorge de Carvalho⁵, sob “circunstâncias inaceitáveis”, Ariovaldo foi colocado em risco de desligamento do doutorado. Sob esse contexto, dois docentes do departamento de Antropologia, José Jorge de Carvalho e Rita Segato, colocaram-se publicamente abertos ao debate sobre as ações afirmativas juntamente com outros atores importantes tais como Nelson Inocêncio (Instituto de Artes- IDA) e Sales Augusto dos Santos (doutorando em sociologia) e vários outros/as alunos/as de graduação e pós-graduação negros/as. Por conseguinte, foi apresentando uma proposta para a inserção de estudantes negros/as e indígenas na Universidade de Brasília, cujos debates intensos na comunidade acadêmica levaram à sua aprovação no âmbito do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) em seis de junho de 2003, com 24 votos favoráveis e um voto contrário.

Logo, a Universidade de Brasília, ficou reconhecida como a pioneira na adoção das ações afirmativas, com a finalidade de diminuir as desigualdades étnicas e raciais no ensino superior brasileiro. Tornando-se a primeira universidade pública a aprovar cotas a partir de uma decisão baseado na autonomia da comunidade acadêmica.

Segundo Carvalho (2004: 55), foi traçado um *Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da Universidade de Brasília*, no qual diz que as ações afirmativas na UnB visam atingir a composição racial, social e étnica que sejam um reflexo mínimo da diversidade racial do Distrito Federal e quiçá da sociedade brasileira como um todo.

Neste plano de metas, objetiva disponibilizar 20% das vagas do vestibular para estudantes auto-declarados negros/as. Quanto aos estudantes indígenas, estes devem se inscrever em um tipo de seleção diferenciada, concorrendo a reserva de 10 vagas por vestibular ofertado. Após um período de 10 anos, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) deverão realizar uma auditoria do impacto das ações afirmativas na instituição.

Além da garantia ao acesso, seria assegurada a permanência do estudante

⁵CARVALHO, José Jorge. **Usos e abusos da Antropologia em um contexto de tensão racial: O caso das Cotas para negros na UnB.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, jan/jun 2005. (2005, p.240)

negro/a e indígena conforme a vulnerabilidade socioeconômica do estudante. Devendo este, entrar no programa de auxílio socioeconômico da Diretoria de Desenvolvimento Social - Assistência Estudantil, Moradia universitária da UnB. Cabe ressaltar que esse programa de assistência estudantil não é uma política estritamente voltada para os estudantes negros/as e indígenas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas sim para todo o grupo de estudantes vinculados à instituição.

Para melhor compreender a atuação do movimento negro universitário, é necessário olharmos para o contexto e o processo de debate racial na UnB, bem como os acontecimentos e mobilizações que culminaram na implementação das ações afirmativas e da formação de grupos/coletivos negros.

O debate racial e a discussão sobre as ações afirmativas na Universidade de Brasília se iniciaram após um contexto nacional de mobilização do movimento negro brasileiro e de “acontecimentos sociais no final da década de 1990, dentre os quais: a marcha do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares em 1995; a Conferência de Durban em 2001; a crescente participação e atuação do movimento negro na universidade” (WELLER, 2007: 137).

Nesse contexto, as reivindicações pelas políticas de ações afirmativas, estavam ocorrendo em uma conjuntura maior de luta do movimento negro contra o racismo, a discriminação e pelo acesso à educação da população negra. Dessa maneira, a implementação das cotas raciais nas universidades brasileiras e a sua atual permanência devem-se a luta e a mobilização do movimento negro, dentro e fora das universidades, do que pelo compromisso institucional do Estado e minimizar as desigualdades sociais.

No que concerne a Universidade de Brasília, no ano de 2014, o sistema de ações afirmativas de cotas raciais completou uma década desde a sua implantação e conforme o *Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da Universidade de Brasília* foi realizado a avaliação do sistema de cotas nesse mesmo ano.

O relatório, *Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília*⁶, compreende os períodos do 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013.

⁶Comissão para avaliação dos 10 anos de implantação da política de ação afirmativa para o ingresso de estudantes na UnB :Mauro Luiz Rabelo (DEG), Dione Oliveira Moura

A construção desse relatório avaliativo, contou com uma comissão composta pelos professores Mauro Luiz Rabelo (Decanato de Ensino e Graduação- DEG), Dione Oliveira Moura (Faculdade de Comunicação - FAC), Nelson Fernando Inocêncio da Silva (Instituto de Artes- IDA), José Jorge de Carvalho (Instituto de Ciências Sociais- ICS), Girlene Ribeiro de Jesus (Faculdade de Educação- FE), Maria Eduarda Tannuri Pianto (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade- FACE) e Maria de Fátima Ramos Brandão (Decanato de Ensino e Graduação- DEG). O relatório foi realizado a fim de subsidiar e endossar as discussões acerca das ações afirmativas na Universidade de Brasília. Em suma, esta análise do sistema de cotas da UnB, descreve apenas estatisticamente os dados sobre o percentual de ingressos pelo sistema de cotas, o percentual de evasão comparando ingressos pelo sistema de cotas/sistema universal e trazendo dados com relação ao índice de rendimento acadêmico comparando novamente sistema de cotas/ universal.

Os dados apresentados nesse relatório são importantes, pois demonstram que o rendimento acadêmico dos estudantes cotistas é igual ou superior dos estudantes ingressos pelo sistema universal, refutando assim um dos principais argumentos dos discursos contra as cotas raciais, de que o rendimento acadêmico dos cotistas sejam inferiores ao dos demais “puxando” para baixo a qualidade e rendimento da universidade como um todo.

Outro dado quantitativo, de suma importância, contida no relatório é em relação à população Negra no Brasil, no Distrito Federal e na UnB:

Segundo dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a população declarada de cor preta no Brasil hoje é de 7,61%, chegando a atingir os 14.517.961 habitantes. Nesse sentido, o Distrito Federal apresenta uma população de cor preta de 7,71% e parda de 48,24%, ficando pouco acima da média nacional. Comparando essas populações dentro da Universidade de Brasília, ou seja, com os alunos matriculados, verifica-se que 13,80% dos

(FAC), Nelson Fernando Inocêncio da Silva (), José Jorge de Carvalho (ICS), Girlene Ribeiro de Jesus (FE), Maria Eduarda Tannuri Pianto (FACE) e Maria de Fátima Ramos Brandão (DEG) . **Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília**. Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013©Universidade de Brasília. 2013. *Campus Universitário Darcy Ribeiro*. Disponível em: <www.unb.br/administracao/decanatos/deg/.../realtorio_sistema_cotas.pdf>

alunos se declararam negros de cor preta, superando assim tanto a média nacional quanto a média do Distrito Federal. (2013: 30)

Segundo os dados apresentados pelo CESPE/UnB, nesse relatório, entre os períodos de 1º/2009 ao 2º/2012 de um total de 210.025 candidatos, que se inscreveu pelo PAS e pelo vestibular, apenas 12,93% de estudantes se declararam “negros de cor preta”⁷ e 32,01% se declararam “negros de cor parda”. E ao comparar esses dados com a população dentro da Universidade de Brasília verifica-se que 13,80% dos alunos se declararam “negros de cor preta”. Apesar dos dados demonstrarem que a população autodeclarada de “cor preta” na Universidade de Brasília é maior que a média nacional, a presença de estudantes negros ainda é recente na UnB.

Esses dados demonstram que, apesar, de uma década de ações afirmativas ainda temos uma representação pequena da população negra matriculada na Universidade de Brasília. Essa constatação pode estar relacionada com necessidade de uma política de ação afirmativa que garanta além do acesso, a permanência efetiva dos/as estudantes negros/as, reforçando assim a urgência de políticas públicas mais eficientes aliadas às ações afirmativas.

Ainda que o relatório traga dados quantitativos sobre a trajetória escolar, universitária e de ascensão social ele permanece superficial e distante da realidade dos/as estudantes cotistas. Uma vez que não aborda questões sobre as dificuldades de adaptação, possíveis episódios de discriminação racial, dificuldades de permanência, estratégias ou formas de resistência, demonstrando apenas a superficialidade de uma política de representação étnica e racial. Ao resumir os indivíduos a números e tabelas o relatório está bem longe de ser uma expressão real das mudanças na estrutura das relações raciais, da produção de conhecimento, do espaço físico, das estratégias de resistência e das mudanças significativas na vida desses sujeitos.

A implantação das Ações Afirmativas na Universidade de Brasília foi e ainda é objeto de discussões políticas, tanto que no ano 2010 foi alvo de uma Arguição de

⁷ “Negros de cor preta e negros de cor parda” são os termos utilizados no relatório original e que seguem o padrão da autodeclaração adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Descumprimento de Preceito Constitucional (ADPF) ⁸ proposta pelo partido político, DEMOCRATAS (DEM), na qual a instituição foi acusada de descumprimento de preceito fundamental “alegando-se ofensa aos artigos 1º, caput e inciso III; 3º, inciso IV; 4º, inciso VIII; 5º, incisos I, II, XXXIII, XLII, LIV; 37 caput; 205; 207, caput; e 208, inciso V, da Constituição de 1988” segundo o relator do processo Ricardo Lewandowski:

“A peça inicial defende, em síntese, que “(...) na presente hipótese, sucessivos atos estatais oriundos da Universidade de Brasília atingiram preceitos fundamentais diversos, na medida em que estipularam a criação da reserva de vagas de 20% para negros no acesso às vagas universais e instituíram verdadeiro “Tribunal Racial”, composto por pessoas não-identificadas e por meio do qual os direitos dos indivíduos ficariam, sorrateiramente, à mercê da discricionariedade dos componentes, (...) “(fl. 9). [...] Acentua, dessa forma, que a ação impugna, especificamente, a adoção de políticas afirmativas “racialistas”, nos moldes da adotada pela UnB, que entende inadequada para as especificidades brasileiras.” (LEWANDOWSKI , 2012 : 34)

Esta argüição, somente em 2012, foi julgada como improcedente pelo Supremo Tribunal Federal⁹, o processo contou com a participação de diversos professores, pesquisadores e estudantes da comunidade universitária auto-organizada, sobretudo com a mobilização do movimento negro dentro e fora da Universidade de Brasília.

Logo após essa tentativa de vilipendiar ainda mais a população negra, foi instituído a Lei Federal nº. 12.711 em 2012, cujo texto torna obrigatório a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas e alunos de baixa renda e oriundos de escolas públicas, nas universidades federais e ensino superior técnico. A lei fixa quatro sub-cotas: candidatos egressos de escolas públicas; candidatos de escolas públicas e

⁸**SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO.** Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal. **Sistema de Cotas :Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temáticas** . Setembro 2010. Disponível: <www.stf.jus.br/arquivo/cms/.../anexo/Sistema_cotas_set2010.pdf>

⁹**LEWANDOWSKI, Ricardo. Argüição de descumprimento de preceito fundamental 186.** Distrito Federal. p.2. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>>

baixa renda; candidatos pretos, pardos e indígenas de escolas públicas e candidatos pretos, pardos e indígenas de escolas públicas e de baixa renda.

Pode-se traduzir essas quatro sub-cotas, segundo o Relatório de avaliação dos 10 anos de cotas da Universidade de Brasília da seguinte forma:

- Os negros de classe média foram separados dos negros pobres.
- Os negros de classe média de escola pública foram separados dos negros de classe média de escolas privadas.
- Os negros de classe média de escola pública foram separados dos negros pobres de escola pública .
- Os negros pobres de escola pública foram separados dos negros pobres de escola privada com bolsa.
- Os negros pobres de escola pública foram separados dos negros pobres que fizeram supletivo pago. (pp. 37-38)”

Submetendo dessa forma à comunidade negra há várias separações do tipo: “negros pobres” e “negros ricos”. Mesmo com a implementação da Lei nº 12.711/2012, o Ministério da Educação prescreveu que as universidades possuem autonomia para associar à lei de cotas aos seus programas de ação afirmativas já existentes, como é caso da UnB.

Feres Júnior (2013:3), faz um levantamento sobre o impacto da Lei 12.711/2012, juntamente ao Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação afirmativa (GEMAA) do IESP-UERJ, demonstrando assim que houve em 2013 um relevante aumento de vagas nas universidades para estudantes oriundos de escola pública e não-brancos. Ou seja, a lei de cotas amplia a inclusão étnico-racial e rompe com a resistência das universidades de grande renome em adotarem somente as cotas sociais e preterirem as ações afirmativas raciais.

Apesar da Lei 12.711/2012 ampliar as reservas de vagas para as ações afirmativas, compreendendo negros e indígenas de escola pública, deve-se atentar para uma possível despolitização racial dos/as estudantes e da própria instituição, pois, ainda é muito latente a idéia de que as desigualdades sociais na sociedade são puramente de origem econômica e não de múltiplos fatores tais como os de origem étnicos, raciais e culturais.

Um aspecto que deve ser levado em consideração é a mudança no modelo de comprovação étnico racial adotado pela UnB, ao implementar as ações

afirmativas. Na primeira fase (2004-2007)¹⁰ os/as candidatos/as a concorrer às vagas reservadas por meio do sistema de cotas para negros/as, deveriam atender aos seguintes critérios fenotípicos : serem de cor preta ou parda e declararem-se negro/a, devendo ser fotografado no momento da inscrição e assinando uma declaração específica relativa aos requisitos exigidos para concorrer pelo sistema de cotas para negros.

Na segunda fase (2008-2013), os candidatos às vagas reservadas por meio do sistema de cotas para os/as negros/as, ainda conforme a fase passada, deveriam atender aos critérios de fenótipos e cor, declarando-se negro/a, e no ato da inscrição selecionar a opção pelo sistema de cotas para depois ser convocado para a realização da entrevista pessoal.

Em 2013, com o advento da Lei nº 12.711/2012, que prescreve reservas de vagas para Escolas Públicas os/as candidatos/as pretos, pardos e indígenas, deveriam efetuar a inscrição optando preferencialmente por essas vagas, devendo o/a candidato/a assinar digitalmente o termo se autodeclarando preto/a, pardo/a ou indígena, desaparecendo assim qualquer mecanismo de averiguação da racialidade do candidato.

Com a sanção da Lei nº 12.711/2012, no período de 2014 a 2016, a/o candidato/a que for concorrer às vagas reservadas ao sistema de cotas raciais da UnB, deverá atender aos critérios fenotípicos de cor que o caracterizem como negro. Optando, assim o/a candidato/a no ato da inscrição por concorrer pelo sistema de cotas para negros. A Lei de Cotas, como citado anteriormente, permite que a Universidade de Brasília continue a utilizar seu sistema próprio de programa de ações afirmativas que prevê a entrada de 5% de negros/as independente da Lei nº 12.711/2012.

Há certa insegurança quanto à permanência do programa de ação afirmativa da UnB, após a adoção da Lei nº 12.711/2012. Não se tem a certeza se o programa de ação afirmativa decorrente do plano de integração étnico-racial delineado pela instituição será mantido, alterado ou eliminado. De antemão, prenuncia-se que assumir apenas a Lei de cotas, como programa de ação afirmativa é retroceder, na perspectiva de uma conquista do movimento negro e de toda a comunidade negra. Cabe aguardar se a Universidade de Brasília irá continuar a cumprir com o

¹⁰ Arquivo Cespe.Editais/vestibulares. <<http://www.cespe.unb.br/vestibular/antigos.asp>> acesso em : 20/07/2016

compromisso de minimizar as desigualdades raciais e socioeconômicas previstas na legislação.

Nas pesquisas sobre os processos e vivências da realidade dos/as estudantes cotistas, muitas questões ainda permanecem em aberto, e ainda se tem um longo caminho para visibilizar o processo de mobilização da luta a favor das políticas de ações afirmativas nas universidades e em outros setores públicos.

Será realizado um esforço em preencher as lacunas nos relatórios oficiais, traçando assim uma interpretação sobre as relações raciais e as dinâmicas de resistência dos/as estudantes negros/as, através de uma acuidade sociológica e decolonial, na Universidade de Brasília.

CAPÍTULO 2 - CORPO E IDENTIDADE

2.1 Corpos, cor e coletivos

Debater sobre as ações afirmativas étnico-raciais implica também evocar uma dimensão subjetiva, isto é, o processo de reconhecimento e ressignificação identitária, presente nas trajetórias de vida dos estudantes que optam pelo sistema de cotas. Discorrer sobre o reconhecimento e identidade, necessariamente, é falar de um *corpo*, da dimensão física e da existência social, política e cultural que este corpo traz consigo.

Dessa forma, discutir sobre ações afirmativas étnico-raciais é acima tudo falar de um corpo, que foi historicamente subjugado, de um sujeito cuja existência plena tem sido negada e brutalmente vilipendiada no decorrer da história de colonização do Brasil. Um corpo que teve a sua cultura, religião e *ethos* arrancados do seu âmago, pela escravidão africana, pela dominação do corpo negro, pela privação da liberdade e da sua voz. Assim permaneceu o/a negro/a mesmo após a suposta “libertação” da escravidão. Encontrando barreiras e desafios a sua plena integração à sociedade, colocado à margem, com sua humanidade e potencialidades negadas. Os desdobramentos posteriores relacionados à escravidão africana no Brasil foram a dominação, a inferiorização e a desumanização do/a negro/a. Os aspectos da desumanização do/a negro/a refletem ainda hoje nas práticas coletivas de

discriminação e preconceito racial presentes na sociedade brasileira.

Assim, observa-se que é na estrutura das relações raciais, da sociedade brasileira, o local no qual está marcado a ferro o racismo, e, por conseguinte, o germe das desigualdades sociais, de classe e de cor. Pois, debater as ações afirmativas é também a tentativa, mesmo que gradual e mínima, de integração e inclusão da população negra aos espaços majoritariamente brancos e de difícil acesso ao negro.

Todo um lastro histórico, em relação à imagem do/a negro/a foi construído de maneira negativa, associada à marginalidade “patológica”, a hipersexualização do corpo negro, a resistência ao trabalho braçal extremo, a inferiorização da sua estética, da sua cultura e principalmente de sua suposta inferioridade intelectual. As políticas de ações afirmativas intencionam também a mudança dessas concepções e pré-conceitos engendrados desde a colonização, ao passo que possibilitam o/a negro/a adentrar aos locais antes negados, como por exemplo, o ensino superior.

Não será apenas o acesso ao ensino superior que mitigará todas as disparidades e desigualdades existentes nas tensões de classe, raça e gênero, mas já é um avanço notório na construção de uma imagem positivada do/a negro/a na sociedade brasileira, rompendo e transcendendo as barreiras e dores do local ao qual a pessoa negra foi “destinada” a estar nessa sociedade.

Assim, a transcendência das limitações, impostas aos negros, poderá ocorrer por meio de uma “política de transfiguração”. Segundo Paul Gilroy (2001: 95), a mudança da imagem do/a negro/a através da “política de transfiguração” ocorrerá transcendendo parcialmente a modernidade, sob a forma de uma sociedade futura na qual será enfatizado o surgimento de novas formas de estruturação das relações sociais no “âmbito da comunidade racial de interpretação e resistência, e também entre esse grupo e seus opressores do passado” (GILROY, Paul, 2001: 96).

Paul Gilroy, aponta, para a formação de uma solidariedade, de novas amizades e da superação da opressão racial. Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas e a elaboração de novos discursos políticos e relações étnicas raciais, fazem parte da “política de transfiguração” sob a perspectiva desta pesquisa.

Em 2004, a PNAD indica um aumento no número de pessoas que se declaram pretas ou pardas, e na PNAD¹¹ de 2009, o percentual de negros

¹¹Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

autodeclarados subiu para 51,1%. Em 2010¹², no Censo realizado pelo IBGE a população declarada preta e parda corresponde a 50,7% de um total de 201.032.714 habitantes da população brasileira. Percebe-se, a partir desses dados, uma mudança na forma como as pessoas se autodeclararam, em especial a população negra, que está se reconhecendo, quantitativamente, enquanto grupo étnico racial.

O aumento desse reconhecimento pode ser atribuído ao processo de conscientização e de posituação do ser negro. Processo este que é reflexo da árdua articulação e organização do movimento negro em favor da afirmação da identidade política negra e tendo como aliado às políticas de ação afirmativa na valorização da intelectualidade e produção de conhecimento negro.

A autodeclaração, é um processo de reconhecimento de pertencer ao grupo racializado, que também pode ocorrer à mobilização da negritude, isto é, a identidade negra entendida politicamente, enquanto local de fala e expressão negra na qual há a exaltação e valorização do ser negro, da ancestralidade historicamente negada, da estética negra e da produção de pensamento negro. Visando assim, o rompimento com o discurso hegemônico colonial que impõe a corporeidade negra estereótipos negativos a partir do olhar do outro, como afirma Souza:

“Uma identidade negra é entendida como uma construção social, histórica, cultural e plural implicando em uma construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/raciais sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” sempre em um movimento de mão dupla, ora de maneira fluida e perceptiva ora de maneira brusca e combativa, nesse contexto o “Ser Negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser Negro é torna-se Negro” (GOMES apud SOUSA, 1983 : 77).

O reconhecimento racial ou a mobilização da identidade racial podem implicar em situações dolorosas na vivência da pessoa negra. O processo de empoderamento é não linear, gradativo, repleto de percalços, contradições e inseguranças, pois, é um movimento de dentro para fora do olhar sobre si, ao mesmo tempo em que é um olhar do outro para si.

A negritude como identidade política, não quer dizer uma unidade identitária,

[et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il. 18

¹²Fonte: <http://www.afropress.com/post.asp?id=15404>. Acesso em 23/06/2016

pelo contrário, a negritude requer a apreensão e valorização das identidades e dos sujeitos pluri-diversos em momentos de construções, desconstruções e reconstruções, vivenciando dessa maneira o apagamento de fronteiras estáticas entre o “nós” e os “outros”. A negritude, entendida enquanto o acionamento da identidade racial não é percebido no nosso estudo como perene ou estática na vivência do/a negro/a.

Alguns estudos sobre a experiência do/a negro/a no ambiente universitário já foram realizados, como exemplo tem-se a pesquisa da autora Moema Texeira Poli (2003), em seu livro, *“Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro”*, no qual a autora levanta questões sobre as estratégias individuais referentes a mobilidade social ascendente dos/as estudantes e professores/as negros/as, e que conseguiram se inserir em alguma universidade pública no Rio de Janeiro.

Segundo Brandão (2004), a autora encontra uma tensão entre os aspectos atribuídos e os adquiridos no processo identitário. Devido essa tensão muito dos/as entrevistados/as apesar de valorizarem a sua descendência negra não a assumem como fundamento da sua identidade, enquanto uma forma de não engessamento da sua identidade ou de um padrão classificatório da identidade/reconhecimento racial. Assumi-se aqui, a existência de pluri- discursos sobre si mesmo. Não se pode falar em termos de identidades fixas e sim de identidades maleáveis, que podem ser acionadas em determinadas situações, o que não as tornam menos legítimas.

Pois, a saber, como exemplo, ao observarmos o acionamento da negritude enquanto estratégia política de demarcação de um *lócus* enunciativo, não apenas no âmbito da política, mas, sobretudo na cultura e na academia, de modo que permita uma construção valorativa e positivada do/a negro/a numa sociedade em que “saber-se negro é viver a experiência de ter sido massacrado em sua identidade, confundido em suas perspectivas, submetido a exigências, a expectativas alienadas, mais é também, e, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (SOUSA, 1983 :18).

Em suma, a autora Moema Texeira, ao fim da pesquisa demonstra que “é somente na medida em que os/as estudantes ou professores negros/as conseguem estabelecer redes de solidariedade que chegam ao ensino superior público”

(BRANDÃO : 166). Essa rede de solidariedades pode advir de várias situações econômicas e sociais, e, sobretudo de iniciativas individuais e coletivas que dão origem aos grupos/coletivos. Destacaremos a importância da consolidação dessas redes de solidariedades chamadas aqui de grupos/coletivos negros na universidade.

Em 2005, um ano após o advento das ações afirmativas, foi articulado através de uma política pública do Ministério da Saúde um programa voltado para os estudantes negros/as. Tal programa foi chamado de Brasil Afroatitude, elaborado como uma política de permanência e que por organização dos estudantes negros/as tornou-se também uma política de acolhimento à medida que agregava os/as estudantes negros/as. Falaremos sobre o Programa Brasil Afroatitude mais adiante.

Segundo Cristiane Luiz¹³, as dificuldades iniciais fizeram com que a UnB empreendesse uma maior aproximação junto aos grupos que discutiam questões raciais no *campus* ocasionando, em 2006, a criação do Centro de Convivência Negra (CCN) e do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial (NPIR) no Decanato de Extensão. Não entraremos no mérito da instituição por essas tentativas de acolhimento e agregação dos estudantes cotistas, pois, o êxito logrado foi mínimo, no sentido de que a burocratização exacerbada e devido à falta de interesse da instituição em políticas efetivas de integração.

Nesse contexto, a formação dos grupos/coletivos, de caráter autônomo em relação à instituição é fundamental para que haja uma efetiva agregação dos/as estudantes negros/as ao universo acadêmico. Essa integração ocorre à medida que a solidariedade, fortalecimento e a formação política cooperam para o empoderamento negro dos mecanismos necessários para adentrar o sistema das relações de poderes que regem as possibilidades de ascensão social.

Os grupos/coletivos são responsáveis para além da mobilização política, eles possuem a importância de propiciarem a construção de um sentimento de pertencimento ao espaço físico da universidade. São responsáveis também pelo substancial acolhimento das/dos estudantes negros/as recém ingressos à universidade.

O acolhimento pode se desdobrar e acontecer de várias formas, desde o empoderamento político, a organização de atos políticos e eventos sociais. Das

¹³**LUIZ**, Cristiana dos Santos. **Programa Brasil Afroatitude como estratégia de política social racial inclusiva**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, Distrito Federal 2010. (p.67)

diversas formas que o acolhimento pode tomar a mais importante é o laço afetivo entre iguais, construído no decorrer dos encontros ou reuniões.

Em sua maioria, os grupos/coletivos se iniciam com a mobilização ao redor de alguma pauta de reivindicação política, por exemplo, a reivindicação pelas ações afirmativas ou contra atos de discriminação. As pautas políticas mobilizam os/as estudantes a se organizarem e a construírem vínculos afetivos que permitem a continuidade dos grupos/coletivos.

Encontrar no grupo/coletivo, acolhimento e fortalecimento identitário no início da vida acadêmica é um marco a ser levado em consideração. A ação coletiva e o sentimento de comunidade moldam as possíveis visões de mundo e percepções sobre quem se pode ser e onde se deve atuar neste mundo social. Encontrar a si mesmo em detrimento do olhar do outro é, a nível subjetivo, o grande trunfo do empoderamento proporcionado pela formação política e intelectual fomentada pelos grupos/coletivos.

Enfim estar entre iguais em momentos de partilha intimista, falar sobre as violências decorrentes do racismo, poder construir novas epistemologias e cosmovisões de mundo, atuar politicamente em prol dos direitos que dizem respeito a toda população negra, é só o começo do fortalecimento proposto pelos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília.

CAPÍTULO 3 - QUILOMBO, AFETIVIDADES E COLETIVOS

3.1 Resignificação do conceito de Quilombo: Rede de afetos, fortalecimento e solidariedades

O conceito de quilombo permaneceu no decorrer dos anos ligado a um passado histórico de escravização da população negra, estando vinculada negativamente somente a idéia de fuga e rebeldia dos/as negros/as escravizados/as, porém, as categorias chave para entender o conceito de quilombo são a resistência e a liberdade.

Sabe-se da existência de quilombos desde a vinda dos primeiros africanos

escravizados ao Brasil e segundo Arruti (2008 : 4)¹⁴, a primeira definição de quilombo surge nas primeiras legislações coloniais, cujo texto diz que bastava a reunião de cinco escravos fugidos para se configurar um quilombo, denominando assim qualquer grupo de negros/as escravizados/as que fugissem e que se organizassem, pois, representavam uma ameaça a ordem vigente devendo ser coibido toda e qualquer manifestação quilombola. Para o autor, o termo quilombo não desaparece após o início da República e sim se torna um símbolo de resistência.

Na contemporaneidade, para o Estado brasileiro, os quilombos são grupos étnicos de população negra urbana ou rural, com práticas culturais e tradições próprias que se particularizam a partir da maneira como se relacionam com a terra, conforme está escrito no texto do artigo 2º do Decreto 4887/2003¹⁵, no qual “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Foi somente em 2003, que se regulamentou através do Decreto nº 4.887/2003 o procedimento de identificação, demarcação e titulação das terras ocupadas por descendentes de quilombolas.

Na literatura acadêmica, no âmbito das ciências sociais como a sociológica e a antropológica, o termo quilombo é discutido num primeiro momento enquanto “resistência cultural”. Quando em 1905, Nina Rodrigues caracteriza o Quilombo de Palmares como “forma de persistência da África no Brasil, um retorno à “barbárie africana” (ARRUTI 2008: 5 Apud RODRIGUES, 1977: 93). Logo depois, esta idéia foi combatida por Artur Ramos, quando, em sua obra, *Aculturação negra no Brasil*, caracteriza quilombo como um fenômeno “contra-aculturativo”, isto é, enquanto uma forte manifestação a segregação espacial e cultural dos/as negros/as africanos/as e seus descendentes no Brasil. (RAMOS, 1942: 137).

Segundo Arruti (2008: 5), é nos anos 50 que o termo quilombo passa a ser

¹⁴ **ARRUTI**, José Maurício . “**Quilombos**”. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. [org. Os mundos Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA. 2008. P.33

¹⁵ **Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ.Coordenadora-Geral:** Isabelle Alline Lopes Picelli **Quilombolas**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas> >Acesso 03/08/2016

vinculado com a “resistência política” e que o Estado passa a ser a referência ao invés da África. A redescoberta do Quilombo de Palmares, nos anos 70, o torna exemplo para a construção de novas formas de resistência, cultura e organização do movimento negro e da resistência negra. Por fim, na literatura acadêmica contemporânea a noção de quilombo, devido à redução sociológica, aparece intrinsecamente vinculado ao conceito de etnicidade e cultura.

O conceito de quilombo, aqui se apresenta, como uma categoria histórica no decorrer do espaço e tempo, cujo significado primário passou por algumas transformações e variações empíricas, tanto no campo da memória, da análise das ciências sociais, quanto da política e dos movimentos sociais.

Quilombo, nessa pesquisa se manifesta de maneira polissêmica e polifônica, não cabendo uma conceituação engessada e definitiva, tomando assim as dimensões da afetividade, empoderamento, lócus enunciativo, espaço vivencial e de agregação, enquanto uma comunidade e de espaço de luta por reconhecimento e melhores condições de vida a toda à população negra.

Os intelectuais e militantes do movimento negro, Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento, abordam o conceito de quilombo em um sentido próprio. Uma descrição que está para além do que a semiologia abrange e do que o agenciamento simbólico e político do termo “quilombo” permite descrever.

Para Beatriz Nascimento, quilombo é uma história, é um misto de territorialidade com a existência *sui generis* do ser, do ser negro:

“Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic) duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho a direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu

quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou. (1989)¹⁶.”

O pesquisador Alex Ratts, em sua obra, *Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*¹⁷, escreve a biografia não convencional de Nascimento. O autor faz um resgate da contribuição intelectual, militante e política da pesquisadora e ativista Beatriz Nascimento. Ratts promove um diálogo com o pensamento de Beatriz Nascimento, reproduzindo importantes textos da mesma, que apontam para a necessidade de novos olhares sobre a questão racial no Brasil e para a ressignificação do quilombo.

Para Beatriz Nascimento, quilombo podia ser considerado como um projeto de nação, uma política a ser realizada e protagonizada pela população negra ao mesmo tempo em que seu significado abrange “um território de liberdade, não apenas referente a uma fuga, mas uma busca de um tempo/espaço de paz”, que

¹⁶ **RATTS, Alex. *Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. 2007 SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Kwanza. p.59**

¹⁷ “Maria Beatriz do Nascimento (1942 – 1995), Intelectual, pesquisadora e ativista. Graduada em História, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esteve à frente da criação do Grupo de Trabalho André Rebouças, em 1974, na Universidade Federal Fluminense (UFF), compartilhando com estudantes negros universitários do Rio e de São Paulo a discussão da temática racial na academia e na educação em geral. Exemplo dessa militância intelectual foi a sua participação como conferencista na Quinzena do Negro, realizada na USP, em 1977, evento que se configurou como importante encontro de pesquisadores negros. Concluiu a Pós-graduação lato sensu em História, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Além da militância intelectual, Beatriz era poetisa. Sua poesia traz à tona a experiência de ser mulher negra. Essa sensibilidade se traduziu em toda sua escrita. Beatriz Nascimento, ao longo de vinte anos, tornou-se estudiosa das temáticas relacionadas ao racismo e aos quilombos, abordando a correlação entre corporeidade negra e espaço com as experiências diaspóricas dos africanos e descendentes em terras brasileiras, por meio das noções de “transmigração” e “transatlanticidade. Estava fazendo mestrado em comunicação social, na UFRJ, sob orientação de Muniz Sodré, quando sua trajetória foi interrompida. Beatriz foi assassinada ao defender uma amiga de seu companheiro violento, deixando uma filha. (A cor da Cultura. Beatriz Nascimento. Disponível em : <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/mariabeatriz>. Acesso em: 03/08/2016)

exerce um papel fundamental na consciência ontológica no negro (RATTS, 2007: 59).

Abdias Nascimento concebeu a idéia de “*Quilombismo*”, no qual o quilombo é abrangente, como um projeto coletivo de uma nova estruturação da sociedade brasileira, fundamentada na justiça social, igualdade, liberdade e respeito. Destituída de exploração econômica e de qualquer espécie. O “*Quilombismo*” ocorrerá segundo Abdias Nascimento a partir de uma transformação radical das estruturas vigentes, sendo necessária uma mudança radical na estrutura societária (NASCIMENTO, 2002: 271).

Na obra *O Quilombismo*, Abdias Nascimento revela a dimensão dos quilombos revelados legais e ilegais, tais como: as escolas de samba, agremiações, favelas, grupos de estudos, coletivos negros, movimento negro, imprensa negra. Para o autor todas essas formas manifestas do “*Quilombismo*” assumem uma unidade de afirmação étnica, cultural e humana “há um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história ” (NASCIMENTO, 2002 : 265) de vida.

“Quilombo não significa escravo fugido, quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade e convivência, comunhão existencial repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sociopolítico, em termos de igualitarismo econômico, os precedentes históricos conhecidos confirmam esta colocação. Como sistema econômico o quilombismo tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitarismo ou ujamaísmo¹⁸ da tradição africana .” (NASCIMENTO, 2002 : 274)

¹⁸ O autor Abdias Nascimento traz a seguinte definição para o termo *Ujamaísmo* da tradição Africana: “Em tais sistemas as relações de produções diferem basicamente daquelas prevalecentes na economia espoliativa do trabalho, chamada capitalismo, fundada na razão do lucro a qualquer custo. Compasso e ritmo do quilombismo se conjugam aos mecanismos operativos, articulando os diversos níveis de uma vida coletiva cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano. Nem propriedade privada da terra, dos meios de produção e de outros elementos da natureza. Todos os fatores e elementos básicos são de propriedade de uso coletivo. Uma sociedade criativa, no seio da qual o trabalho não se define como uma forma de castigo, opressão ou exploração; o trabalho é antes uma forma de libertação humana que o cidadão desfruta como um direito e obrigação social . Liberto da exploração e do julgo embrutecedor da produção tecno-capitalista, a desgraça do trabalhador deixará de ser o sustentáculo de uma sociedade

O conceito de quilombo se manifesta na organização e mobilização do povo negro no Brasil. O ato de fixar o termo quilombo em um conceito normativo é reduzi-lo em detrimento das pluri - formas de sua manifestação, cabendo aqui ressaltar que quilombo se refere exclusivamente à vivência negra diaspórica em contextos da colonização.

Apesar de ressignificar o termo quilombo, a partir da esfera política de mobilização negra, Abdias expressa que “o ideal quilombista permanece difuso, porém consistente, permeando em todos os níveis da vida negra e nos mais recônditos meandros e/ou refolhos da personalidade afro-brasileira” (NASCIMENTO, 2002: 265), o que inclui em si a dimensão das afetividades e das relações interpessoais.

É com base no exposto acima, que será realizada uma análise da mobilização negra na Universidade de Brasília e da construção de grupos/coletivos negros. Objetivando registrar a importância dessas mobilizações na vivência acadêmica dos/as estudantes negros/as. Um dos mais importantes ensinamentos de Abdias Nascimento é que precisamos urgentemente na práxis “codificar nossa existência por nós mesmos e sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e da sua respectiva visão do futuro, está se apresenta como a tarefa da atual geração afro-brasileira: edificar a ciência histórica humanista do quilombismo”. (NASCIMENTO, 2002: 273).

A começar pelos *quilombos afetivos* e a forma como se estruturam e permitem a partir da condição de *outsider within* da/o estudante negra/o a elaboração de um conjunto de saberes e conhecimentos advindos de uma vivência dicotômica, na qual ao mesmo tempo em que se está inserido no meio acadêmico, onde se depara com epistemologias hegemônicas, o/a estudante negro/a não se identifica com meio no qual está e não se vê representado/a.

burguesa parasitária que se regozija no ócio de seus jogos e futilidades. (NASCIMENTO, 2002, p. 274)

O/a estudantes negro/a sabe que as epistemologias ensinadas não dão conta de analisar, estruturar ou interpretar a sua realidade imediata. A condição de *outsider within*, faz com que o/a estudante negro/a esteja em uma posição contra-hegemônica da produção de conhecimento e de referências. O que contribui significativamente para a pesquisa de campo empírica, longe das distorções realidade-teoria. Assim parafraseando autora Patrícia Hill Collins (2016:2), a condição dos/as estudantes negros/as e intelectuais, em contextos acadêmicos produzindo análises sobre a racialidade, classe ou gênero, podem a partir do seu local de enunciação contribuir para uma não essencialização do ser negro/o.

CAPÍTULO 4 : Universidade de Brasília e a presença do Movimento negro universitário:

4.1 Levantamentos históricos da luta negra na Universidade de Brasília

Um levantamento¹⁹ histórico da organização e mobilização negra na Universidade de Brasília foi realizado. E constatou-se que vários grupos/coletivos negros consolidaram-se em determinados momentos na UnB. Com base nos questionários aplicados aos integrantes dos grupos/coletivos negros, em 2015, constata-se que os grupos/coletivos negros, em geral, surgiram em decorrência da auto-organização dos/das estudantes negros/as de diversos cursos mobilizados em torno de alguma demanda relativa à população negra na universidade.

A conjuntura sociopolítica de grande tensão em relação à seguridade dos direitos, da população negra, de acesso à educação superior por meio das políticas de ações afirmativas, as tensões típicas da práxis acadêmica de embate com os/as docentes, a necessidade de um espaço de integração, interação e acolhimento, a busca por empoderamento e estudos sobre racialidade e as dinâmicas do racismo e das relações raciais são algumas das motivações que mobilizam e suscitam a criação dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília.

¹⁹ O levantamento foi realizado com base em questionários aplicados aos integrantes dos grupos/coletivos, realizado pela pesquisadora em 2015, presencialmente e via email.

Quadro 1: Grupos/coletivos negros segundo o ano de criação.

Grupos/coletivos segundo o ano de criação							
Ano	2001	2005	2012	2013	2014	2014	2015
Grupo /Coletivo	Enegre-Ser	Afro atitude	Aflora	Yalodes	GEAC	Grupo de Estudos Mulheres Negras	Coletivo Negro FD

Fonte: Autoral.

Sete grupos/coletivos foram criados no período de 2001 a 2015. Observa-se que entre o Enegreser (primeiro grupo/coletivo que se tem conhecimento, surgido no ano de 2001) e o Afroatitude, criado em 2005, constata-se um espaço de tempo de quatro anos sem o aparecimento de um novo grupo/coletivo até onde se tem registro. Entre o Afroatitude e o próximo grupo/coletivo levantado, têm-se cerca de sete anos sem registro de surgimento de outros grupos. E no período de 2012 a 2015, averigua-se a criação de cinco grupos/coletivos negros.

O fluxo e refluxo das mobilizações de grupos/coletivos negros estão ligados ao surgimento de demandas específicas em relação à população negra na UnB. A partir dos dados recolhidos através dos questionários aplicados aos integrantes dos grupos/coletivos, os contextos e demandas de surgimento dos grupos/coletivos são os apontados a seguir.

O primeiro grupo/coletivo, Enegreser, consolidou-se no cenário de tensão política em relação ao debate da implementação das políticas públicas de ações afirmativas raciais para a graduação na UnB. O grupo/coletivo Afroatitude surgiu enquanto programa institucional de bolsas e pesquisa para os/as estudantes negros/as de graduação nas universidades que adotavam o programa de cotas. O grupo/coletivo Aflora nasceu da necessidade dos/as estudantes por espaços de debate e reflexão sobre a racialidade e sexualidade. Em 2013, o grupo/coletivo Yalodes surgiu como uma frente de negritude da gestão acadêmica do curso de Direito da UnB. Em 2014, surgiram o grupo/coletivo GEAC e o Grupo de Estudos

Mulheres Negras, o primeiro no contexto político de deliberação em relação ao novo modelo de distribuição das cotas raciais na UnB e o segundo baseado na necessidade de estudar sobre autores/as negros/as e epistemologias não hegemônicas. Em 2015, tem-se o surgimento do Coletivo Negro – Faculdade de Direito mobilizada em torno da demanda por políticas públicas de ações afirmativas para o programa de pós-graduação do curso de Direito.

Com exceção ao grupo/coletivo Aflora, localizado no *campus* da Ceilândia, a FCE- UnB, o restante dos grupos/coletivos se mobilizaram no *campus* Darcy Ribeiro. Os grupos/coletivos Aflora e Yalodes sofreram alguns percalços, comprometendo assim a sua continuidade enquanto grupo/coletivo na universidade.

Em cada grupo/coletivo observa-se um contexto sociopolítico particular que engendrou a sua consolidação, a partir de conjunturas que suscitaram sentimentos e necessidades nos/as estudantes em torno de uma determinada demanda em relação à população negra na UnB, culminando no surgimento dos grupos/coletivos negros.

Devido à proximidade espacial dos grupos/coletivos, eles comunicam-se e por vezes atuam em parceria, somando forças em torno de alguma demanda comum aos estudantes negros/as da UnB. Um fator importante é a resistência e negação ao processo de institucionalização junto à universidade. Pode-se considerar várias interpretações sobre este fenômeno, desde a preservação da autonomia com relação à alta burocratização da universidade, a escassez de docentes negros/as que possam apoiar os grupos/coletivos, a resistência à estrutura organizativa e colonizadora da Universidade de Brasília, e, principalmente, a presença do racismo.

A reivindicação de políticas públicas que assegurem o acesso e a permanência dos/das estudantes negros/as, a necessidade por um espaço de acolhimento, integração, vivências e compartilhamento das experiências negras na UnB, a urgência de uma mudança epistêmica, tais como a criação de disciplinas que estudem sobre as relações raciais segundo os/as autores/as negros/as, e que valorizem a produção, a vivência e a história negra são algumas das principais demandas que mobilizam a atuação dos/das estudantes negros/as em grupos/coletivos na Universidade de Brasília.

De acordo com os dados acima, contata-se que em 2014 houve o resgate da questão racial, como pauta política dos/das estudantes negros/as e a valorização do

protagonismo negro na UnB em busca da legitimação do/a negro/a na universidade. Uma tendência observada nos grupos/coletivos é a rotatividade constante dos/as estudantes nos grupos/coletivos.

4.2. Descrição dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília:

A partir dos dados coletados, construiu-se, com base nos questionários aplicados aos integrantes dos grupos/coletivos negros da UnB e de pesquisas, a descrição da organização dos grupos/coletivos levantados: os grupos/coletivos Enegreser e Afroatitude foram descritos com base em coleta de dados documentais, tais como dissertações e artigos publicados em revistas, enquanto que os demais grupos, Aflora, Yalodes, Grupo de Estudos Afrocentrados, Grupo de Estudos de Mulheres negras e Coletivo Negro- Faculdade de Direito foram descritos com base em questionários respondidos pelos/as integrantes dos grupos/coletivos no ano de 2015, como será exposto logo abaixo.

Enegreser

Antes da implantação das ações afirmativas raciais na Universidade de Brasília havia alguns pequenos grupos de estudantes negros mobilizados, a exemplo do grupo Enegreser, um dos primeiros grupos/coletivos consolidado a partir da mobilização negra na universidade. O Enegreser, surgiu a partir de um sentimento de solidariedade ao episódio de racismo contra as/os estudantes que foram barrados na entrada em um evento no Centro Comunitário da UnB, em 2001, cujo cenário político na universidade ainda estava ressoando o caso de racismo institucional contra Ariovaldo Lima²⁰, no ano de 1999.

O Enegreser, enquanto fruto da organização dos/as estudantes negros/as, foi construído a fim de exigir reparação contra o ato de racismo que os estudantes sofreram na entrada do evento no Centro Comunitário. Dessa mobilização, se organizou um “fórum para discussão da questão racial na universidade”

²⁰ Ver nota 4

(CARVALHO, 2005. p.243)²¹, que levou a temática para a instância institucional da UnB.

Desta forma, o Enegreser surgiu como um grupo autônomo e movimento social negro universitário ampliando o debate racial aos estudantes e posteriormente estendendo-se ao ambiente externo à universidade enquanto o “Coletivo de negros e negras do Entorno e do Distrito Federal- Enegreser-DF”.

Segundo o Cientista Político e Pesquisador Gustavo dos Santos Cantuária²², integrante do Enegreser, o coletivo “entendia que a política de cotas é uma das formas mais efetivas de inclusão, de redução da discriminação e das desigualdades raciais”. Assim o grupo engajou-se na luta pela implementação das cotas raciais na Universidade de Brasília.

A partir do surgimento do Enegreser e da criação do Fórum de debate racial, houve a democratização da temática no nível institucional com intuito de conscientizar o corpo docente e discente, ampliando o debate ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), da importância da adoção das políticas públicas de ações afirmativas.

Afroatitude

O segundo grupo que marcou a história da mobilização negra na Universidade de Brasília foi o Afroatitude. O grupo, originalmente, foi criado através do Programa Nacional de DST/AIDS da Ministério do Saúde, sob a responsabilidade da Unidade de Articulação com a Sociedade Civil e Direitos Humanos – SCDH, cujo plano de ação inicial teve como objetivo a promoção da discussão dos mecanismos de combate ao racismo e sua interface com a prevenção e acesso aos serviços de saúde para a população negra. O programa Afroatitude foi fruto das parcerias entre a Secretaria especial de políticas de promoção de igualdade racial (SEPPIR), Ministérios da Saúde (MS) e Educação

²¹**CARVALHO**, José Jorge. **Usos e abusos da Antropologia em um contexto de tensão racial: O caso das Cotas para negros na UnB**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, jan/jun 2005.

²²**CANTUÁRIA**, Gustavo dos Santos. **A agenda política dos Movimentos negros no Brasil: Uma análise da atuação do Enegreser-DF**. Resumo enviado para 62ª Reunião Anual da SBPC.

Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/774.htm>>

(MEC) em 2004.

O Programa Brasil Afroatitudo surgiu como :

“Uma proposta de implementação de um programa de bolsas para alunos negros de cursos de graduação de universidades públicas, ingressos por meio da política de cotas. Essas bolsas estariam condicionadas ao compromisso desses alunos em trabalhar com o tema AIDS e racismo. Essa proposta foi aceita consensualmente pelo grupo. O documento final que institui o Programa, resultante dessa articulação, foi produzido com a participação das representações dessas universidades, da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU-MEC) e de representação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR). Em dezembro de 2004, no âmbito das atividades relativas à passagem do Dia Mundial de Luta contra a AIDS, é lançado oficialmente, com a assinatura de quatro ministérios e com a presença dos reitores das universidades, o Brasil Afroatitudo: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros”.²³

Em suma, o Programa Brasil Afroatitudo direcionou-se às universidades públicas federais e estaduais que adotaram nos seus vestibulares as ações afirmativas raciais. Na estrutura de execução do Programa Brasil Afroatitudo, nas instituições de ensino superior, foi previsto o recebimento de bolsas para os/as estudantes negros/as que eram selecionados a partir do critério de renda. Os/as estudantes negros/as que integrassem o programa deveriam executar atividades de iniciação científica, extensão universitária ou atividades de monitorias. No contexto da Universidade de Brasília, o Afroatitudo foi consolidado no ano de 2005 e só foi instituído junto ao Centro de Convivência Negra em 2009, isto é, incorporado à universidade após o término da verba destinada ao Programa Brasil Afroatitudo.

O Afroatitudo constituiu-se como uma política de assistência estudantil com o recorte racial, oferecendo 50 bolsas para os/as estudantes negros/as. Em contrapartida, os/as estudantes deveriam realizar pesquisas na área da saúde e

²³Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Programa Nacional de DST/AIDS. **Brasil Afroatitudo: Primeiro Ano do Programa.**Série Anais, Seminários e Congressos nº 6. Brasília, 2006. p.14.

participar de reuniões formativas.

Segundo Cristiane Luiz²⁴, o Afroatidade foi um programa de muitos méritos, entre eles destacou-se o fato de ter possibilitado a/o estudante negro/a uma vivência negra e a construção de uma identidade positiva para o grupo de cotistas. Cristiane Luiz pesquisou em sua dissertação de mestrado sobre o Afroatidade, uma vez que durante a sua graduação participou e vivenciou do grupo.

A dissertação de mestrado, de Cristiane Luiz, realizou-se pelo Departamento de Serviço Social e teve o seguinte tema: “Programa Brasil Afroatidade como estratégia de política sócio-racial inclusiva”. Para a pesquisadora, a experiência do Afroatidade foi à de constituição de um “espaço político de enfrentamento ao racismo intra e extramuros universitário” e também um local de acolhida para os estudantes cotistas no qual foi possível o fortalecimento da identidade negra desses estudantes à medida que propiciou a permanência e a manutenção financeira dos/as estudantes na universidade, o que conseqüentemente proporcionou a mobilidade social ascendente dos/as estudantes integrantes do Afroatidade.

Aflora

O grupo/coletivo Aflora, consolidou-se no ano de 2013, logo após a greve dos professores em 2012. A proposta inicial do Aflora foi a de criar um grupo de discussão sobre a sexualidade no *campus* da UnB em Ceilândia -FCE e outras demandas, tais como os feminismos e a negritude .

O Aflora nasceu da mobilização dos/as estudantes que tinham a necessidade de discutir mais sistematicamente as questões mencionadas acima, pois não haviam tais abordagens em disciplinas e nem espaços que promovessem esse debate no *campus* da Ceilândia. Em suma, o Aflora atuava em duas frentes, a Racial e a LGBT, e apesar de debater racialidade o grupo não era afrocentrado, ou seja, pessoas não negras podiam se integrar.

O grupo não tinha uma periodicidade de encontros definida e nem era institucionalizado, pois os/as integrantes optaram por manter o maior grau de

²⁴**LUIZ**, Cristiana dos Santos. **Programa Brasil Afroatidade como estratégia de políticasocial racial inclusiva**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, Distrito Federal 2010. (p.10- 11)

independência em relação à universidade. Porém, segundo Mônica Oliveira (2015), integrante do grupo/coletivo Aflora, em certos momentos houve o apoio de alguns professores do curso de Saúde Coletiva.

Algumas das dificuldades que qualquer grupo/coletivo enfrenta são a impossibilidade dos/as integrantes em manter a assiduidade nas reuniões, a conciliação de horários e a integração de novos/as integrantes, a falta de motivação ou a dificuldade de unificar demandas, como fica expresso na fala de Mônica Oliveira:

“A continuidade do grupo só tem caído. Os encontros e conversas são cada vez menos freqüentes, sinto que o grupo não irá durar muito. Grande parte das integrantes que criaram o grupo, em 2012, se formaram e não temos conseguido agregar novos membros” [...]“Não sei dar nome, talvez uma maior motivação. A galera nem sempre se disponha a se encontrar, o grupo não era mais prioridade nesse ultimo ano. As demandas acadêmicas também pesaram e ficou difícil conciliar. Parece que cada membrx do Aflora encontrou outros espaços que de fato representassem suas demandas individuais. ”[...] “Tivemos dificuldade de conciliar demandas, compor um grupo com duas frentes tão distintas como Raça e LGBT, dificultou o entrosamento de todxs.” (OLIVEIRA, Mônica. 2015).

Yalodes

O grupo/coletivo Yalodes nasceu no final de 2013 para 2014, como uma frente de negritude dentro da gestão Maracatu Atômica do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito e as suas reuniões não aconteciam com freqüência, elas ocorriam a depender das demandas dos/as integrantes. O grupo Yalodes foi a primeira frente de negritude numa gestão acadêmica da Faculdade de Direito. Inicialmente, apenas os/as integrantes negros/as que compunham a gestão da Faculdade de Direito é que podiam integrar o grupo. A frente negra Yalodes, em seu início, sofreu rejeições por parte dos/as estudantes por estar vinculada a gestão do Centro Acadêmico, os/as estudantes negros/as que não faziam parte da gestão acadêmica do curso de Direito, tendiam a rejeitar o grupo Yalodes.

Segundo Juliana Araújo, ex-integrante do Yalodes, o grupo se desvinculou da

gestão do centro acadêmico devido a algumas questões internas sobre o financeiro e em decorrência de atitudes racistas por parte dos/as outros/as membros da gestão acadêmica. O grupo, em si, teve pouca duração, e uma das caudas está expressa na fala de Juliana Lopes:

“O grupo Yalodes não durou muito tempo e a hipóteses de não ter durado foi devido ao vínculo inicial ao centro acadêmico, pois o grupo pode ter herdado muito das brigas internas da gestão e houve pouca adesão de alunos sem vinculo/oposição a gestão do Ca”(LOPES, Juliana. 2015)

Grupo de Estudos Mulheres Negras

O Grupo de Estudos Mulheres Negras, surgiu da crescente necessidade de se interpretar o que estava sendo produzido e de produzir a partir do *loci* de enunciação negro/a. O Grupo começou por sugestão da professora Tânia Mara Campos de Almeida, após uma disciplina ministrada por ela e pela Bruna Pereira, a disciplina era intitulada: “Tópico Especial em Sociologia - Identidade, gênero e raça” e “Identidade de Gênero”. A Doutoranda Bruna Pereira, foi quem sempre esteve à frente na articulação do grupo, como fica expresso em sua fala:

“Pensei que seria interessante ter um grupo para debates e estudos sobre questões simultaneamente de gênero e raça, pois temos pouco espaço para essas discussões nas disciplinas e, muitas vezes, não conhecemos, não lemos e não estudamos boa parte da bibliografia sobre estes temas” (PEREIRA, Bruna. 2015)

As reuniões do grupo são quinzenais desde a sua consolidação, acontecendo de início às terças-feiras no auditório do multiuso na sala do NEPEM- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, pois havia um vínculo inicial com o núcleo, porém, encerrado tal vínculo os encontros passaram a ser realizados no Instituto de Ciências Sociais.

O Grupo de estudos de mulheres negras é frequentado em maioria por mulheres negras e ocasionalmente por homens e pessoas não negras. O grupo possui uma importante rotatividade de participantes sendo esse um dos motivos

pelos quais a continuidade do grupo é ameaçada.

No entanto, um dos motivos para o grupo ainda permanecer é pelo sentimento de “promover um espaço de auto formação para mulheres negras, sobre temas relacionados a gênero e raça. Sobretudo, temos avançado muito na leitura de autoras negras, com pouca circulação no meio acadêmico” como aponta Bruna Pereira (2015).

Grupo de Estudos Afrocentrados – GEAC

O GEAC, Grupo de Estudos Afrocentrados, surgiu quando a Universidade de Brasília decidiu, ao avaliar os 10 anos de implementação das ações afirmativas, por diminuir a porcentagem de reserva de vagas para as cotas raciais, tendo em vista a implementação da Lei n º12 711/2012, conhecida como Lei de Cotas. E em decorrência das decisões arbitrárias da instituição, os/as estudantes iniciaram uma mobilização que culminou na consolidação do Grupo de Estudos Afrocentrados-GEAC, a fim de pautarem e discutirem politicamente a questão racial na Universidade de Brasília, conforme fica expresso na fala de Nakiely Arantes:

“ Foi no contexto posterior à votação da avaliação das cotas raciais em 2013, muitos dos antigos e dos atuais membros do GEAC estavam no dia da votação e sentiram a necessidade de estudar a questão racial, pois muitos de nos negros não sabíamos até mesmo que estava acontecendo e qual era o processo de votação e fomento das cotas”(ARANTES, Nakiely.2015)

O grupo ainda permanece atuante na universidade, promovendo a ocupação do espaço, realizando reuniões e estimulando o espírito de comunidade, compreensão, acolhimento, valorização da negritude e empoderamento, e, principalmente, a fomentação de debates e reflexões sobre a produção teórica racial negra.

As reuniões ocorrem semanalmente às quartas-feiras, ao meio-dia na sala compartilhada com o Afroatitude. O grupo é aberto, mas em geral quem o frequenta são pessoas negras, de forma também rotativa. O grupo GEAC é formado por estudantes da graduação e da pós-graduação da Universidade de Brasília e possui apoio não oficial de alguns docentes.

Na página no GEAC na rede social *Facebook* há a seguinte descrição:

“Em abril de 2014, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade de Brasília, deliberou sobre a nova distribuição das cotas raciais na UnB, tendo em vista a implementação da Lei Federal de Cotas. Apesar da vitória naquele momento, que garantiu o percentual de 5% de cotas para negros/as sem restrições de renda ou origem escolar, somado aos 28% para alunos/as negros/as egressos/as de escolas públicas, um grande sentimento de pesar pairou sobre parcela da comunidade negra da UnB. A conquista não refletia uma articulação real e mobilizada dos/as estudantes negros/as da Universidade, pois um vazio de movimento orgânico e ativo se fazia presente, percebido no fato de que grupos estudantis e setores da UnB se sentiram legitimados/as a falar em nome dos/as estudantes negros/as sem ao menos escutá-los/as. É diante dessa conjuntura que alguns/mas alunos/as decidem puxar uma reunião para rearticular estudantes negros/as interessados/as em pautar e discutir politicamente a questão racial na Universidade de Brasília. A partir dos encontros iniciais, esse grupo entende que é melhor um período preliminar de leituras, vivências e debates, os quais teriam o intuito de fortalecer a identidade daquela coletividade que ainda estava nascendo. Durante essa fase inicial, há o batismo do grupo com o nome de “GEAC - Grupo de Estudos Afrocentrados”, pois o foco, naquele momento, era o de ler e discutir obras (livros, vídeos, músicas, exposições e etc) que colocassem a perspectiva do/a negro/a em primeiro plano, criticando, assim, a visão eurocêntrica e branca que hegemoniza não somente o ambiente universitário, mas o modo dominante de se ver o mundo.²⁵”

Coletivo Negro FD

O Coletivo Negro FD teve início no ano de 2015, consolidaram-se da mobilização dos/as estudantes da pós-graduação e graduação. A mobilização ocorreu em função da reivindicação por políticas públicas de ações afirmativas para

²⁵Disponível em :

<https://www.facebook.com/grupodeestudosafrocentrados/about/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info>. Acesso em : 29/08/2016

o processo seletivo de 2015 para a pós-graduação. O grupo em si não organizou periodicidades de encontros, mas permanece atuante de acordo com as demandas que surgem na faculdade de direito e, segundo Naila Chaves (2015), o grupo se reúne também para o estudo e compartilhamento de experiências:

“Nos reunimos enquanto pessoas negras para compartilhar as experiências e aprender junta/os nossa própria epistemologia.”[...]“Há diálogo com o GEAC, pois alguns integrantes são partícipes do GEAC também e isso está sendo efetivado especialmente na construção do dia da semana da consciência negra, que se pretende a construção de algo conjunto e integrado com toda a UnB” (CHAVES, Naila. 2015)

As integrantes dos grupos/coletivos negros autorizaram o uso de seus nomes ao responderem o questionário²⁶ aplicado pela pesquisadora no ano de 2015:

- Mônica Oliveira, integrante do Coletivo Aflora e Graduanda em Saúde Coletiva – FCE;
- Juliana Araújo Lopes, ex-integrante do Yalodes e Bacharela em Direito- Faculdade de Direito;
- Nakiely Arantes, integrante de Grupo de Estudos Afrocentrados- GEAC e Graduanda em Ciência Política- IPOL;
- Bruna Pereira, integrante do Grupo de Estudos Mulheres Negras e Doutoranda em Sociologia – SOL;
- Naila Chaves, membro do Coletivo Negro – FD e Mestranda em Direito- Faculdade de Direito;

CAPÍTULO 5: Negros/as na Universidade de Brasília, um olhar de dentro para fora:

Neste capítulo final será empreendida uma análise subjetiva e qualitativa das entrevistas qualitativas, realizadas com um grupo de estudantes negros/as que compõem os grupos/coletivos negros da Universidade de Brasília. Tais entrevistas serão analisadas a luz do arcabouço teórico dos/as intelectuais negros/as sob a

²⁶ Ver anexo I

perspectiva da decoloniedade²⁷ epistemológica. Devido à necessidade de interpretações teóricas próximas à realidade imediata vivenciada pelos/as estudantes negros/as na Universidade de Brasília. A análise qualitativa a seguir intenta expressar alguns aspectos das vivências dos/as integrantes dos grupos/coletivos negros.

A escolha de cada sujeito foi pensada a partir do envolvimento deste/a com os grupos/coletivos que compõem o Movimento Negro universitário na Universidade de Brasília. E com o intuito de manter a identidade preservada dos/as entrevistados/as serão utilizados nomes fictícios quando for necessário citar os/as entrevistados/as que solicitaram o anonimato.

Os aspectos das entrevistas dos/as integrantes dos grupos/coletivos foram: quem são esses/as estudantes: nome, idade, cidade de origem, onde cursou o ensino médio, curso, qual grupo/coletivo integram; o que ouviam falar da Universidade de Brasília; o que sabiam sobre as políticas de ações afirmativas raciais adotada pela UnB e como as cotas influíram sobre a noção da racialidade; a vivência inicial dos/das estudantes negros/as nesta Universidade; percepções e vivências dos/as estudantes negros/as após o ingresso na UnB; e como a imagem do corpo negro/a é estereotipado na UnB; o reconhecimento dos grupos/coletivos enquanto *quilombos afetivos* e a importância dos grupos/coletivos negros a partir da análise das trajetórias de vida dos/as estudantes negros/as na UnB.

Optou-se nesta pesquisa pela reprodução na íntegra de alguns trechos das entrevistas, devido à compreensão de que haveria perda substancial de conteúdo suprimindo excessivamente cada fala e ao compromisso da pesquisadora em valorizar cada aspecto da vivência dos/as entrevistados/as.

5.1 Quem são as/os estudantes negro/as presentes nos grupos/coletivos negros/as mapeados na UnB, quais foram as suas

²⁷ A Decoloniedade consiste numa prática de oposição, de intervenção política, prática e intelectual que surge no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema-mundo moderno reagiu contra os desígnios do colonialismo. Os intelectuais decoloniais atribuem ao ano de 1492 o marco da primeira manifestação decolonial, quando do início do colonialismo. O projeto decolonial enquanto epistemologia preconiza a produção do conhecimento e narrativas a partir da perspectiva negra local das Américas e Caribe, lançando outras bases e categorias interpretativas oriundas das experiências locais.

motivações para ingressarem na universidade e se já haviam ouvido sobre o programa de cotas:

Foram realizadas seis entrevistas qualitativas e semi estruturadas com os/as integrantes dos grupos/coletivos negros mapeados na Universidade de Brasília. Os/as integrantes entrevistados/as estão regularmente vinculados/as à Universidade de Brasília, estando quatro indivíduos na graduação e três vinculados/as aos Programas de Pós-Graduação em mestrado e doutorado da Universidade de Brasília. Os nomes dos/as entrevistados/as estão sob sigilo, pois alguns dos/as sujeito/as entrevistados/as optaram por não serem citados/as nominalmente. Assim serão utilizados nomes fictícios para os/as citar quando necessário:

Quadro 2 :Dados gerais dos/as integrantes dos grupos/coletivos entrevistados/as

Nome/Nome Fictício	Idade	Cidade de Origem	Onde cursou o ensino médio	Curso/Programa de Pós - Graduação	Forma de ingresso	Semestre	Grupo ou coletivo negro
Maria **	20 anos	Brasília - DF	Escola pública	Jornalismo	Treineira Universal	Segundo	Afroatitude
Nakiely Arantes	23 anos	Ceilândia -DF	Escola pública	Ciência Política	Cotas raciais	Sexto	GEAC
Thanity Andrade	23 anos	Ceilândia -DF	Escola pública	Museologia	Cotas raciais	Sétimo	GEAC
Joana **	26 anos	Belo Horizonte - MG	Escola privada	Direito- Mestrado	*	Quarto	Coletivo Negro - FD
Pedro **	27 anos	Brasília - DF	Escola privada	Direito Mestrado	Cotas raciais	Quarto	Coletivo Negro- FD
Bruna Pereira	32 anos	São José do Rio Preto- SP	Escola privada	Sociologia- Doutorado	*	Quarto	Grupo de Estudos Mulheres Negras

Fonte: Autoral

*Não cursaram graduação na Universidade de Brasília.

** Maria, Joana e Pedro são nomes fictícios.

Antes do ingresso na Universidade de Brasília, os/as estudantes entrevistados/as integrantes dos grupos/coletivos negros já haviam ouvido falar

sobre a UnB, sobretudo com relação ao status que a universidade tem de excelência acadêmica, mas que o acesso à universidade era bem difícil, em relação ao conteúdo do vestibular e que em geral a maioria dos/as estudantes que passam no mesmo são oriundos do ensino privado, de classe média. No caso dos/as estudantes de outros Estados, as referências sobre a Universidade de Brasília eram mais específicas às conseguintes áreas de formação.

Ouvir falar da Universidade de Brasília no ensino médio é um privilégio de quem reside no Plano Piloto e nas cidades satélites, pois, a realidade de algumas escolas públicas do Goiás, no entorno do DF, é que as maiorias das escolas não possuem convênio com o CESPE/UnB para a inscrição no PAS, ou seja, entrar numa universidade pública se torna uma realidade muito mais distante para esses estudantes das cidades do entorno do DF. A integrante do Grupo de Estudos Afrocentrado - GEAC, Nakiely Arantes (2016) relata sua trajetória de vida antes do seu ingresso na Universidade de Brasília, expondo a dinâmica periferia-centro de acesso a informações:

“[...] eu morava aqui em Brasília, quando eu cursei o ensino fundamental e depois eu fui pra Goiás. No ensino médio, como é muito deslocado, sobretudo quando você estuda em escola pública no interior, a ideia de ir pra universidade e, sobretudo se essa universidade é muito boa, era um pouco distante realidade, até porque a qualidade de ensino não te coloca pra disputar com pessoas que têm conhecimento e não forma pensadores, sobretudo escola públicas que formam máquinas né? E todo o conhecimento, a tendência é ser muito superficial e acho que eu ouvi falar da UnB quando eu tava terminando o ensino médio. Não! Eu ouvi falar do PAS! Só que na minha escola não tinha o convênio com a UnB, então a gente não fazia. Inclusive, a minha escola não tinha convênio com nenhum processo seriado das universidades.” (ARANTES, Nakiely, 2016).

Os fatores que influenciaram os/as estudantes a optarem pela Universidade de Brasília foram: os/as professores/as, os pais, e o fato de ser uma instituição pública e não ser necessário o peso de uma mensalidade no orçamento familiar, como expressa Maria (integrante do grupo Afroatitude) e Pedro (integrante do

Coletivo Negro da Faculdade de Direito- UnB) em suas falas, quando perguntados sobre as influências que os motivaram a prestar o vestibular para a UnB:

“O fato de ser uma universidade pública, primeiramente, e meus pais não terem a condição de pagar uma particular, e se caso ocorresse né, pesaria muito no orçamento da família e eu pensava mais nisso pelo fato de ser uma universidade pública e eu ser de escola pública né, era meu por direito mais teve uma influência muito grande da família né, por parte dos meus pais principalmente, e a partir daí dessa influência né, eu sempre me esforçando, mas daí eu nunca fiz nenhum cursinho nem nada só estudando em casa mesmo.” (MARIA, 2016)

“A preocupação maior era essa de não despesa para os meus pais e talvez o reconhecimento público assim de que um diploma de uma universidade pública, no curso de direito, teria algum tipo de diferença e impacto mais na frente em alguma carreira que eu fosse investir, mas quando eu fui jogado na UnB, tudo que eu conheci da UnB foi tudo entrando aqui dentro né?! Era como se fosse uma caixa obscura mesmo, eu não sabia o que eu ia encontrar aqui dentro e foi um processo mesmo, tanto que eu gostei muito do meu primeiro semestre no direito, foi um dos semestres de conhecimento assim da universidade, da história da UnB, do projeto inicial do século. A gente teve uma palestra muito boa em colocar essas questões, era isso né, cursar uma universidade que não teria que pagar e por conta do reconhecimento mesmo. E talvez no futuro eu pudesse ter o diploma. “(PEDRO, 2016).

Com relação ao programa de cotas raciais, alguns dos/as estudantes entrevistados/as tiveram contato com o tema das cotas raciais no ensino médio, através de pessoas próximas que já haviam ingressado na universidade pelo programa de cotas, no próprio ato da inscrição ou pela repercussão de polêmicas envolvendo a seleção para as cotas raciais. Porém, apenas um contato muito superficial com o tema das cotas raciais e com a finalidade das ações afirmativas raciais, enquanto uma política pública de restituição e acesso da população negra às instituições de ensino superior, isto é, com o propósito de realizar igualdade de oportunidade entre todos os cidadãos do país. Na fala de Nakiely Arantes, por

exemplo, o programa de cotas para ela era conhecido como um instrumento “facilitador” ao seu ingresso na universidade, conhecido no ato de se inscrever no vestibular. Já na fala de Thanity Andrade (2016), integrante do Grupo de Estudos Afrocentrados- GEAC, ela expõe a ideia de que as cotas são uma forma de reparação às gerações futuras das oportunidades que foram privadas às gerações de seus pais ou avós ou, ainda, um conhecimento adquirido nas atividades cobradas nas escolas de ensino privado que tem o foco no vestibular da Universidade de Brasília:

“Então, já tinha ouvido falar foi quando eu fiz meu primeiro vestibular. Eu fiz a entrevista né e quando você faz a primeira entrevista ela fica valendo né nos próximos vestibulares, foi a primeira vez que eu tive contato com essa ideia de raça. [...] Eu nem sabia o porquê das cotas entendeu?! E eu não sabia como tinha sido o processo de implementação, eu nem sabia nem o porquê de eu optar, eu sabia que se era pra facilitar com que eu entrasse na universidade eu ia fazer isso, fora isso eu não tinha dimensão assim do que as cotas implicavam teoricamente na vida das pessoas pretas, não tinha dimensão”. (ARANTES, Nakiely. 2016).

“Sim, no ensino médio na época o povo falava para se inscrever por cotas, então essa questão das cotas eu tinha consciência e aí na época faziam... Era na época das entrevistas né que a gente tinha que ir lá se apresentar né. Quando eu tava no terceiro ano, eu tive que ir lá e eu fiz a entrevista e aí eu perguntava para outras pessoas negras sobre a universidade, sobre o que eu devia falar né, buscava até na internet o que falar, por que eu nem sabia o que falar. O argumento que a maioria das pessoas tinha era o seguinte: “Que os meus avós eles não tiveram oportunidade de tá na universidade e agora que eu tenho essa oportunidade eu quero usar”, foi isso o que eu falei né, sem entender o porque exatamente, eu pensei eu vou repetir [esse argumento] porque eu quero entrar na universidade, porque é uma coisa boa. Mas depois que eu entrei na UnB que eu comecei a tomar consciência desse processo e entender que é até difícil a gente se conscientizar, por que no ensino médio a gente não tem isso, por que quando vão falar dos negros só na escravidão , tá

mais e o legado , o que ele deixou de bom ?”(ANDRADE, Thanity. 2016).

“Já. Já por que no ensino médio quando foi quando eu entrei no ensino médio foi em 2004 né, quando ainda tava muito forte né a questão das ações afirmativas, então eu tive que fazer redação a favor ou contra as cotas: ou você tinha que sustentar um posicionamento contrário ou a favor né! Eram obrigatórios os dois né então tinha né! Meu pai, muito viciado em Veja e também tinha o conhecimento pela mídia, tinha debate sobre isso com o meu vizinho. Os primos dele foram os gêmeos que viraram capa da Veja, então era uma coisa que circulava e logicamente eu sempre pensei: ah tem cotas eu sempre me enxerguei como negro, que sou diferente porque eu acho que por ter crescido num bairro de classe média e classe média alta. Eu via como aquilo que era de alguma forma uma política que também voltada pra mim , apesar de não ter tanta reflexão sobre e foi por mídia e escola mesmo.” (PEDRO, 2016)

Observa-se que, em geral, o primeiro contato com o tema das cotas raciais ocorre nas escolas, quando situadas na rede de ensino do Distrito Federal, seja em escolas públicas ou privadas. Uma questão comum é que o que é disseminado nas escolas e inclusive na mídia não supre o conteúdo da real importância e objetividade das políticas públicas de ações afirmativas, pois as informações que chegam para os estudantes negros/as e não negros/as nas escolas públicas são irrisórias.

Apesar da sanção da Lei nº 9.394/1996, que altera a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas, a maioria dos livros didáticos adotados pelas escolas falam da população negra reproduzindo o estereótipo negro vinculado à escravidão, à submissão e à margem da sociedade, nunca enquanto bem sucedidos, protagonistas de suas próprias histórias.

Um efeito social observado da adoção das políticas de ações afirmativas raciais é que elas inseriram o debate racial na vida de muitos indivíduos, que antes nunca tiveram contato com a questão racial de maneira politizada e intelectual. Assim, infere-se que as ações afirmativas raciais engendram a noção de uma identidade negra no Brasil enquanto uma consequência requerida pelo movimento negro brasileiro.

Segundo Joaze Bernardino Costa (2002), “A expectativa da liderança negra brasileira quanto às ações afirmativas não se restringe simplesmente a ganhos materiais (cidadania social), senão a construção da identidade negra, que corresponde à construção, ao sentimento de pertencimento e ao reconhecimento da existência de grupos sociais”, isto é, uma mudança na constituição de uma identidade coletiva, racializada e positivada de forma que haja uma alteração na forma como a população negra é vista por si mesma e pela sociedade como um todo, pois, se assume que a politização das vivências e experiências negras são fundamentais no processo de posituação da racialidade enquanto identidade negra que permitem a introdução de mecanismos discursivos, auxiliando na tradução das vivências e na compreensão das dinâmicas raciais de maneira estrutural na sociedade. Observa-se esta constatação a partir da fala de Nakiely Arantes (2016), integrante do Grupo de Estudos Afrocentrado – GEAC, e de Pedro, integrante do Coletivo Negro da Faculdade de Direito- UnB:

“Então, já! Já tinha ouvido falar, foi quando eu fiz meu primeiro vestibular eu fiz a entrevista [...], foi a primeira vez que eu tive contato com essa ideia de raça porque meu pai é branco e minha mãe é negra, então é aquilo, eles são a prova de que o racismo não existe, que brancos e negros interagem sobretudo sexualmente, então não existe racismo, então eu cresci numa família que ninguém falava sobre isso então. Apesar da mãe do meu pai ter atitudes racistas, eu não ouvia falar esse termo, o termo não existia racismo, mas as práticas estavam no meu cotidiano, sobretudo pela família do meu pai, homem branco de classe média etc. e minha mãe é mulher negra pobre e etc. Então isso permeou a minha vida e eu só fui entender direito depois de entrar na universidade”[...] “e pensei: tá bom eu não vou passar por que eu não sei se eu sou preta, eu não sei se vou passar, e daí eu passei, mas ainda assim não tinha um peso, não era uma coisa que me dizia ‘você é preta’, não foi no primeiro instante, passar por cotas não foi o marcador de identidade racial pra mim”. (ARANTES, Nakiely. 2016).

“Uma oportunidade que a gente tem e também nesse processo que é você se assumir, você começa a ser ver muito como a pessoa que tem que fazer isso mesmo, porque a primeira coisa quando você se

assume como cotista é você ser questionado em tudo [...] primeiro, que você não é negro ou que você não precisa disso, ai você tem que responder pela política em si né [...] com um processo ambíguo sempre falo que as cotas muitas vezes é um processo. Muitas vezes que por mais que você sinta experiências negras você tem que politizar ela, porque por mais que você seja bombardeado por argumentos sobre isso, uma coisa é você ser alvo de discriminação sempre, uma outra é quando você vai ser beneficiado por uma medida afirmativa.” (PEDRO, 2016).

Mesmo que para alguns estudantes negros/as ingressar pelo sistema de cotas não seja um marcador da sua identidade racial, mas em longo prazo constitui uma possível introdução ao debate racial, especialmente dentro da academia.

5.2 Percepções e vivências dos/das estudantes negros/as após o ingresso na Universidade de Brasília:

Nessa sessão serão expostos alguns trechos das entrevistas nas quais os/as integrantes dos grupos/coletivos negros narram suas primeiras vivências na universidade, a começar pela fala de Thanity Andrade:

“[...] Assim, o primeiro dia de aula né é que você leva um choque né, só você e mais duas ou três pessoas negras na sala e lá todo o resto de branco ai: como assim né? É você leva aquele baque assim né, aonde é que eu to? Que lugar é esse? Tanto que eu tive muita dificuldade de interagir com as pessoas, porque eu percebia que a maioria das pessoas eram pessoas de classe alta [...] as únicas pessoas que eram assim que eu tive contato que eram de classe alta, eram os empregadores da minha mãe, que são brancos né, então tipo assim eu fiquei sem saber como reagir com essas pessoas. Então eu fiquei na cabeça que eu deveria estar sempre com o pensamento de servir o outro e de ta respeitando, assim tendo certo cuidado e eu acho que de certa forma até um preconceito com as pessoas que tinha dinheiro né, sei lá, não sei como é por ser brancos e tal, então a pessoa que tem tudo, não sei o que, mas isso ai com o tempo que eu quebrei um pouco mais isso né, que eu não tinha que me portar desse jeito.” (ANDRADE, Thanity.2016)

A partir da fala de Thanity Andrade, entende-se que a universidade, na qualidade de uma instituição por si só, é espaço majoritariamente ocupado por indivíduos caucasianos/as, brancos/as ou não negros/as, um ambiente no qual há uma sub-representação negra tanto enquanto estudantes quanto como docentes.

Ser a única pessoa negra numa sala de aula de 20 a 100 estudantes é a realidade de muitos/as estudantes negros/as, significando que mesmo a Universidade de Brasília tenha adotado as políticas de ações afirmativas raciais há quase 12 anos, a quantidade de estudantes negros/as que entram pelas cotas ainda é inferior a quantidade de estudantes caucasianos, brancos ou não negros.

Quando Thanity Andrade (2016), afirmou ter dificuldades para interagir e se integrar ao ambiente e com outras pessoas e de classe média “alta” na universidade, demonstrou que seu processo de socialização, como mulher negra, era permeado de estigmas de subjugação servil, tendo como referencial a relação entre trabalhadora doméstica e patrões.

Tratando-se de relações raciais, a forma como ocorre à socialização entre indivíduos negro/as e não negros/as, principalmente quando há uma relação hierárquica que reproduz instrumentos e processos de dominação utilizados por uma sociedade colonial como no Brasil, compromete o pleno desenvolvimento e formação das identidades raciais por meio da disseminação e naturalização de estigmas negativos atribuídos à população negra.

Na obra *“Pele negra e máscaras brancas”*, o autor Frantz Fanon, na tentativa de compreender as relações entre o/a negro/a e o/a branco/a, concebe a ideia de “zona do não-ser” que é o lugar no qual a população negra é situada no mundo colonial. Isto é, a cor é o sinal exterior mais visível da raça, tornando-se o critério através do qual o indivíduo é julgado e estigmatizado. Nesse contexto, o/a negro/a não reconhece seu próprio peso ontológico de detentor de uma história, cultura e existência, permanecendo assim as suas experiências não conferindo a existência do ser e sim de objeto. Abaixo a fala de Maria (2016), integrante do Afroatitude, e de Nakiely Arantes (2016), integrante do Grupo de Estudos Afrocentrado - GEAC, sobre suas vivências iniciais na Universidade de Brasília que refletem tais dinâmicas raciais:

“Olha, a imagem da UnB fora da UnB é uma imagem de que é um lugar descontraído que você tem [...] é um lugar que você é aceito

né, é um lugar mesmo que você pode ser o que você quiser [...] Quando eu entrei aqui, eu não achei isso, vi que esse lugar é completamente fora, fora do meu lugar. Majoritariamente os alunos, os estudantes da minha turma eram brancos, de escola particular né e, enfim, eu não me identifiquei com a universidade, me sentia muito diferente né! Estudante de escola pública né, facilmente as pessoas achavam que eu era cotista, rolava muito esse julgamento de ser de cotas né, mas eu não me importava muito pra isso, mas desde que eu entrei, eu percebi que essa universidade é uma universidade completamente elitista né, e que por mais que seja uma federal, nós estudantes que não temos um preparo suficiente temos que buscar isso né, de outra forma[...] Quando eu entrei, sinceramente, eu não me sentia confortável, eu não sentia que esse era o meu lugar. É uma relação muito estranha né, porque ao mesmo tempo que um lugar tão grande, com tantas matérias, com tantas oportunidades, eu não conseguia me enxergar tanto aqui, me identificar com as pessoas desse lugar, mas aí, com a participação em alguns grupos, e desde que eu entrei eu ficava procurando um grupo né, quais grupos, coletivos, conhecendo pessoas pra me sentir acolhida.” (MARIA, 2016).

“Foi muito louco, né porque a universidade, a UnB, é muito doida assim porque ela te coloca em outro espaço porque isso aqui é uma dimensão, é irreal isso aqui, não existe lá fora, né! Quem estuda aqui sabe que isso aqui é uma caixinha cheia de surpresas e que aqui tá cheio de gente descolada, cheio de gente que se permite fazer o tempo todo coisas que seus pais nunca deixariam a gente fazer [...]foi fluindo assim quando eu entrei na UnB, eu já era muito resolvida com meu o cabelo solto, então era muito legal porque era eu (e mais três amigos), se eu não engano, no semestre que eu entrei só tinham (entrado) quatro negros e só uma (pessoa) tinha uma identidade racial super afirmada, que era a Lorena. Porque a Lorena é negra típica, ela era típica mesmo, da pele bem escura, do cabelo bem crespo, dos traços bem fortes e por mais que ela não achasse que ela era negra, alguém ia colocar ela num não lugar. Eu acho que foi muito difícil eu perceber isso porque o meu tom de pele é mais claro e porque os meus traços ainda tendem a ser menos

marcados e o meu cabelo é mais comercial, então eu era aquela preta da globo, então assim as pessoas brancas ainda tinham um referencial de poder ver beleza em mim do que poderiam ver nela.” (ARANTES, Nakiely. 2016).

A Universidade de Brasília aparentemente engloba uma diversidade de estudantes, mas englobar e não ter mecanismos de integrar acaba por segregar os indivíduos já a margem, refletindo como a sociedade é extramuros. Assim, ser uma das pouquíssimas pessoas negras num ambiente, sentir-se deslocado/a, fora do lugar, ou em um não lugar, gera o sentimento de não pertencimento, de desajuste ou isolamento próprio das dinâmicas raciais em um espaço majoritariamente branco. O que se constata, é que a universidade, como instituição, é majoritariamente branca, pensada para uma elite branca e intelectual, não preparada e nem disposta a abrir espaço para outros locais de fala.

Ainda seguindo o pensamento de Frantz Fanon, em *“Pele negra e máscaras brancas”*, quando um/a negro/a tenta sair da “zona do não- ser”, assumindo a linguagem do colonizador, ocupando espaços em que não se espera que negros/as ocupem, o/a negro/a é logo empurrado/a de volta a “zona do não-ser”, pelas pessoas com quem interagem, pois, o ser negro/a esta inscrito na cor da sua pele, no seu fenótipo, cabelo, que o remetem a “zona do não ser”.

Abaixo, segue ainda outro fragmento da entrevista com Nakiely Arantes (2016) que retrata demasiadamente esta tentativa frustrada de habitar a zona do ser.

“Então em 2014 eu comecei a entrar no movimento estudantil e assim foi acredito uma das melhores coisas que aconteceu na minha vida. A esquerda na universidade, eu não sei se é impressão minha mas é muito desarticulada e eufórica: então a gente quer todo o poder e não consegue se articular. Na época eu não tinha noção de esquerda e direita pura de como eu tenho hoje, então eu tinha um colega, ele foi e disse: “Então Nakiely, tem a Aliança.Vamos lá conhecer?” Só que a Aliança pela Liberdade era um grupo político na universidade muito calmo, eles te ouvem e tudo o que você precisa na universidade é um pouco de atenção, sobretudo quando você tá no seu primeiro/segundo semestre e eu fui pra Aliança e acabei me enturmando com o pessoal e acabei ingressando numa época que a gente tava numa disputa de DCE e foi muito impactante pra mim,

porque eu lembro que eu fui excluída do *Facebook* da galera das ciências sociais, e quando eu entrei na Aliança uma mulher gritou comigo no ICC dizendo: “Você não pode estar na aliança porque você é preta” Ai eu falei: “Eu posso, eu posso estar em todos os lugares que eu quiser”, e ainda assim eu não tinha noção. Teve um dia que eu fui entregar um panfleto pra um menino e ele me disse : “Você é muito inocente, uma preta na Aliança , a Aliança votou contra as cotas e você ta ai panfletando”, eu não soube responder o menino , eu realmente não sabia responder, eu não sabia por quê as pessoas me colocavam num não lugar , porque poxa, por que eu não posso estar aqui por que eu sou preta? Pra mim, ainda não fazia sentido. Quando a gente começou a trabalhar politicamente a minha tendência era ficar na Diretoria da Diversidade que tinha na Aliança, porque talvez eu achava que branco era ingênuo, que talvez eles não tem noção de como o racismo opera na universidade e talvez porque eles não consigam é discutir esse tema, então talvez se eu levasse o meu conhecimento, quem sabe a gente conseguiria fazer uma coisa legal?! E eu fui sabe, super enganada era a mesma coisa de falar, falar e ninguém me ouvia. Existiam dois recortes, que me colocavam em um não-lugar lá dentro. Foi classe e raça, porque eu comecei a compreender que se eu tivesse outro estereótipo de negra, outro fenótipo, eu não estaria lá porque o que eu ouvi depois era que era a negra do DCE que dizia que eles não eram racistas.” (ARANTES, Nakiely. 2016)

5.3 O corpo negro na Universidade de Brasília:

Ser negro/a na universidade ou em qualquer outro setor da sociedade é estar sujeito a uma série de estereótipos, é ser remetido a certos locais de fala, é ter de adotar determinadas posturas, é sofrer com as dinâmicas racistas e discriminatórias que permeiam os espaços hegemônicos, como as instituições de ensino superior.

Inspirado no trabalho de Virgínia Leone Bicudo sobre “*Atitudes raciais de negros e mulatos em São Paulo*”, no qual a pesquisadora utiliza de entrevistas e estudos de caso para obter observações sobre as atitudes sociais de negros/as e mulatos/as no que concerne à raça a fim de evidenciar possíveis mudanças na estrutura social, e a partir das entrevistas com os/as integrantes dos grupos/coletivos

negros, observaram-se alguns padrões de atitudes sociais ligadas à raça no processo de interação social dos/as integrantes.

Assim, partir das entrevistas, com os/as integrantes dos grupos/coletivos negros, sobre o processo de identificação racial e a universidade, abrangendo a forma de interação social, estratégias e resistências na interação social e a percepção subjetiva do olhar do outro para si no espaço da Universidade de Brasília, evidenciou-se alguns padrões comportamentais que definem traços de personalidade tanto dos/as entrevistados/as quanto das percepções que eles/as tem da forma como são vistos pelos outros, nesse caso pelas pessoas não negras:

“Se sobressair sobre os outros”

Em um sistema-mundo baseado nas práticas coloniais de escravização dos/as negros/as, a intelectualidade e o status intelectual foram delegados ao grupo hegemônico de sujeitos/as dominantes, os que escravizavam. Nesse sentido, a intelectualidade e a produção de conhecimento foram negadas à população negra, um fruto estrutural do sistema-mundo colonial escravocrata.

Segundo Catherine Walsh (2007), o uso institucionalizado da raça como sistema e estrutura de classificação serviu de base para posicionar certos grupos sobre outros no campo do saber, sobretudo em contextos de colonização. A colonialidade do saber, segundo Walsh, estabeleceu o eurocentrismo como perspectiva única de produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que descartou toda a produção intelectual indígena e afro-americana/brasileira e conseqüentemente a negação da capacidade intelectual.

Bell Hooks (1995: 468.), em “Intelectuais negras”, evidencia que uma sociedade sexista e racista que define o que é um intelectual elimina a possibilidade de reconhecer autores/as negros/as enquanto intelectuais, perpetuando assim uma iconografia da representação do/a negro/a como agente servil, e no caso da mulher negra a remetendo à natureza animalesca e hipersexualizada. Tais iconografias operaram no afastamento do/a negro/a da vida mental e intelectual, tornando assim o domínio intelectual um lugar interdito quando não impossível de adentrar, e quando adentrado difícil de ser reconhecido e valorizado.

“Se sobressair sobre os outros” intelectualmente é um padrão recorrente durante as narrativas dos/as integrantes dos grupos/coletivos, quando inquiridos/as

sobre as estratégias e resistências que permeiam as interações sociais. Seguem abaixo, alguns trechos da entrevista com a Maria (2016), integrante do Afroatitude, e da Bruna Pereira (2016), integrantes do Grupo de Estudos Mulheres Negras, que expressam a necessidade do/a negro/a em “se sobressair sobre os outros”:

“Na infância e na adolescência você percebe o tratamento diferenciado, as brincadeiras. Ai você se dá conta de que você é negro e que não é fácil ser negro, o seu cabelo, o seu fenótipo sempre é ridicularizado. As pessoas sempre duvidam da sua capacidade, então o incentivo familiar no meu núcleo familiar sempre foi “se sobressair aos outros” pra que a cor não, não seja ali a primeira coisa que as pessoas vejam [...] mas percebendo isso, eu sempre tentava me sobressair, sempre estudar mais pra conseguir certo respeito. Na universidade não é diferente e acontece muito essa discriminação com os cotistas, aquela recriminação por vir de escola pública e de que não tem a mesma capacidade.[...] Como você quer mudar sua realidade, ter o incentivo pra crescer e ir pra frente se você se sente inferiorizado? E isso é interior, é interiorizado desde a infância, não na minha família mas fora, com a vivência na escola, em outros ambientes era claro essa diferença, essa desigualdade.[...] Sobressair tanto na estética, sobressair mesmo seu cabelo, a estética negra, o empoderamento, e se sobressair na vida acadêmica. Então eu percebi o quanto ainda era mais necessário pra se encontrar né, pra se identificar como negro e formar mesmo esse orgulho, coletivo e individual também né, porque não é só o coletivo que conta, cada um tem as suas subjetividades, não dá pra achar que o coletivo vai suprimir tudo, que vai alcançar todos. Esses fatores né formam a nossa identidade.” (MARIA, 2016).

[...] Eu sempre fui aluna que gosto de estudar, mas em parte essa era uma questão que meus pais me colocavam: você tem que ser melhor que as outras pessoas, porque vocês não vão ter o mesmo reconhecimento. Mas isso traz um custo pessoal muito grande e que inclusive, ou a gente fica no lugar, a gente acredita que a gente não pode; ou a gente fica nesse lugar que eu meio que adotei que a gente tem que ser sempre a melhor ou de estar entre as primeiras, é

isso. Eu faço isso, mas isso tem um custo pessoal também porque significa que inclusive a gente tem um desempenho melhor dentro de um sistema que não é feito pra gente dá certo. (PEREIRA, Bruna. 2016).

As narrativas são muito semelhantes, no sentido da necessidade e cobrança por se sobressair intelectualmente em relação aos outros. A socialização na vida do/a negro/a numa sociedade que reproduz mecanismos coloniais, principalmente com relação aos estudos e a intelectualidade, são de que os/as negros/as não são inteligentes. Tais mecanismos são reproduzidos desde as primeiras experiências escolares, em que há o desestímulo aliado às práticas discriminatórias institucionais, que vão minando a autoestima dos/as jovens negros/as, introjetando sentimentos de inferiorização que limitam ou impelem que os/as negros/as a se dediquem demasiadamente à atividade intelectual para que se sobressaiam sobre os outros, a fim de serem valorizados, reconhecidos, respeitados.

O custo pessoal e emocional sobre esse comportamento é o de viver a universidade em função desse reconhecimento, a própria instituição acadêmica cobra essa postura de todos/as os/as universitários/as, porém para os/as universitários/as negros/as essa cobrança é triplicada. O excesso de cobranças, seja por parte do/a própria pessoa, dos pais ou da instituição, gera sofrimentos psíquicos emocionais, a cada expectativa frustrada ou pelo próprio esforço dispendioso exigido para ser reconhecido/a como intelectual.

“A Preta raivosa”

Patrícia Hill Collins (2016: 103), em seu artigo “ *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro* ”, assume que as imagens estereotipadas e externamente definidas da condição da mulher afro-americana possuem a função de desumanizar e exercer um domínio sobre o corpo dessas mulheres. O domínio sobre o corpo negro faz parte de uma matriz de dominação interpessoal, disciplinar e de domesticação do corpo, presente na “colonização do ser”, segundo Catherine Walsh (2007), ocorre quando um grupo de pessoas se impõe sobre os outros, exercendo assim um controle e persuasão de

diferentes subjetividades como uma dimensão dos padrões de racionalização e dominação.

Nesse contexto, a função dos estereótipos é a de serem mecanismos de opressão racista e sexista para controlar, depreciar e desvalorizar a imagem das mulheres negras, essencializando-as em determinados aspectos comportamentais distorcidos e vistos como ameaçadores de uma ordem vigente, como explicita Patrícia Hill Collins:

“[...] Mulheres afro-americanas agressivas são ameaçadoras, pois desafiam as definições do patriarcado branco de feminilidade. O ato de ridicularizar mulheres assertivas ao denominá-las de *Sapphire*²⁸ reflete o esforço de colocar todas as mulheres em seus devidos lugares. Em seus papéis como figuras centrais na socialização da próxima geração de adultos negros, mães fortes são igualmente ameaçadoras, pois elas contradizem visões patriarcais das relações de poder da família. Ridicularizar mães negras fortes ao rotulá-las de matriarcas (Higginbotham, 1982) reflete um esforço similar de controlar outro aspecto do comportamento de mulheres negras que é especialmente ameaçador ao status quo.” (COLLINS, 2016: 104.)

No sistema societário brasileiro, os estereótipos delegados às mulheres negras, desde os primórdios da colonização até os dias atuais, são os estereótipos de mucama, mãe preta, mulata, que constituem o lugar da mulher negra no processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel. Segundo Lélia Gonzáles, em seu texto “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*” (1984: 226), as noções mucama, mãe preta e mulata desdobram-se em vários outros estereótipos contemporâneos, tais como o da empregada doméstica, da preta raivosa e da mulata do carnaval.

Nas entrevistas realizadas com as integrantes dos grupos/coletivos negros da Universidade de Brasília foi evidenciado o estereótipo da “preta raivosa”, a partir das seguintes narrativas:

“[...] Depois que eu entendi que eu era preta tudo fez sentido ai eu falei:_ caramba, eu era preta realmente, isso tava acontecendo na

²⁸ . *Sapphire* foi uma personagem negra famosa do show de rádio Amos ‘n’ Andy da década de 1930, nos Estados Unidos. A personagem era retratada como uma mulher negra brava de difícil convivência. (n. da t.)

minha vida e eu não me dei conta das outras pessoas, das raras pessoas pretas, negras do DCE que não falavam de raça e eu também não era uma preta raivosa que tava ali falando sobre raça todos os dias, então dava pra compreender quais eram as minhas qualidades vistas pelos brancos que fazia com que eu entrasse nesses espaços mais fáceis.” (ARANTES, Nakiely. 2016)

“[...] Dentre a maior parte dos alunos que não são negros e, enfim, eu acho que existe tipo um olhar que é um olhar estigmatizado, querendo ou não, é. Não sei se primeiro porque é como se criasse uma necessidade, pois sempre que se vê um negro, assim aquela pessoa negra vai sempre falar sobre raça, meio que assim. Existe muito um estereótipo dentro da UnB dessa negra raivosa quando você fala, e você não deixa passar em branco algumas coisas que são faladas em aula, você fica meio que com uma fama bem estigmatizada de que você, sei lá, é muito radical e que você é muito... é tipo esse estereótipo de negra raivosa ,mas eu acho assim que existe muitas facetas.”(JOANA. 2016)

“[...] Eles não acham que a gente vai ser inteligente [...] eles sabem que eu passei em primeiro lugar, eles sabem que eu sou inteligente, mas eles olham pra mim com medo. Sabe, isso é uma coisa muito bizarra porque tem uns professores que nunca falaram comigo como se eu fosse... , inclusive tem essa coisa: ela é muito agressiva. Falam isso pras pessoas que são muito próximas a mim, minhas amigas, isso pra mim é o que mais me irrita em algumas pessoas. [...] mas como eu sou tipo mulher negra intelectual que se posiciona, eu não sei, tem uma coisa muita estranha de ta com um homem branco principalmente mais velho, tipo eles não conseguem olhar na nossa cara né, é a coisa do estereótipo da mulata, e a pessoa fica olhando pra você [...] isso é algo ligado a figurada mulher negra lasciva, é bem uma dinâmica de atração e repulsa ao mesmo tempo em que tem um quê de ela é agressiva, às vezes tem pessoas que falam isso de mim, e por que elas não ficam longe mim?” (PEREIRA, Bruna. 2016)

A partir destas narrativas, verifica-se que o estereótipo da “preta raivosa” está diretamente associado ao comportamento e à atitude de se posicionar frente a

situações em que o racismo e as práticas discriminatórias estão velados e naturalizados. Trazer o debate racial, fazer o recorte racial, evidenciar situações de racismo para a branquitude hegemônica, pode demonstrar um radicalismo e agressividade ao não ser conivente com determinadas práticas que reproduzem e reforçam o racismo. O fato latente é que falar sobre raça quando não é interessante para a branquitude, torna-se uma ameaça ao padrão vigente, tal ameaça que se expressa na negligência, na desvalorização do debate racial e das dinâmicas discriminatórias presentes nas relações entre os/as negros/as e brancos/as.

5.4 Quilombos Afetivos: Grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília:

Com base na análise das entrevistas, realizadas com os/as integrantes dos grupos/coletivos, compreende-se que a estrutura de organização dos grupos/coletivos, reproduz algumas características de um quilombo. A primeira característica é no nível simbólico da territorialidade, segundo Beatriz Nascimento (1989: 59), “o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic) duma simbologia”.

Os grupos/coletivos negros, possuem um papel social de integração e acolhimento, que os/as estudantes negros/as dificilmente encontram em outros ambientes na UnB. Como instituição social, a universidade reproduz o modelo de relações raciais, de exclusão e hostilidade para com os/as negros/as, presentes nos ambientes, hegemonicamente embranquecidos, da sociedade brasileira em geral.

Desse modo, os grupos/coletivos exercem a função de acolher, em sentido amplo, o/a estudante negro/a calouro/a, isto é, propiciando um espaço de interação social, estabelecimento de vínculos afetivos, representatividade, confraternizações e fortalecimento coletivo que viabilize a adaptação dos/as estudantes negros/as recém ingressos na instituição. A seguir, alguns trechos de entrevistas realizadas com Maria (integrante do Afroatitude), Joana (integrante do Coletivo Negro- Faculdade de Direito) e com a Nakiely Arantes (integrante do Grupo de Estudos Afrocentrados- GEAC) expressam o exposto acima:

“Fiz muitas amizades (no Afroatitude), mas é sempre uma relação de companheirismo, educação e respeito aos outros. Que, enfim, cada um tem o seu temperamento, enfim, pessoas individualidades. Mas,

“você acaba fazendo mesmo muitos amigos e isso fortalece né. Em uma universidade tão hostil, que tem um clima muito hostil. Foi na verdade o que eu mais senti, desde que eu entrei, a hostilidade do ambiente, da correria, dessa coisa de ter que ser o melhor, de ter que tirar o SS, ter que ser o melhor e concorrendo. Você tá na universidade, concorrendo com pessoas que estudaram em escolas renomadas, enfim, é uma hostilidade, então você encontra ali (no grupo) um refugio e acaba fazendo amizades.” (MARIA, 2016).

“Ao longo do ano de 2015, a gente fez algumas coisas, por exemplo, a acolhida de calouros, que não tinha antes. Então nós, negros, acolhíamos os calouros negros, a gente falava que existia esse coletivo, a gente fazia algumas confraternizações entre o pessoal (JOANA, 2016)”.

“No primeiro de 2015, teve o *Picnik Black* que a Lorena me chamou pra ir [...] e era só preto. [...] Foi o meu primeiro contato de estar num lugar e ver que todo mundo é preto, falando de vivência, aqui na universidade. E foi legal pra mim, porque foi a primeira vez que eu falei em público sobre o impacto de me identificar enquanto negra, depois que eu saí da Aliança. Ainda mais quando a gente fala que foi da Aliança, mas eu digo que foi muito importante pra mim. E eu fui muito bem recebida e como tenho certa facilidade de interação social eu continuei a ir. Assim, depois do *Piknik Black* algumas pessoas saíram e algumas pessoas continuaram no GEAC.” (ARANTES, Nakiely, 2016).

Deste modo, os grupos/coletivos negros se configuram como locais que suscitam o sentimento de pertencimento dos/as estudantes negros/as. Isto é, espaços nos quais em que o “ser negro/a” possa ser vivenciado plenamente, no sentido de não ter a necessidade de assumir determinadas posturas para se expressar.

Os grupos/coletivos negros, como um lugar de reconhecimento e representatividade, permitem com que os/as estudantes negros/as estejam entre os/as iguais. A seguir, alguns trechos de entrevistas que evidenciam o exposto acima:

“Então, poder almoçar e encontrar com essas pessoas e falar sobre o drama, apenas esse encontro em si, já é um alívio. Você encontra um reduto né! Em que você não está mais sozinho na universidade, cheio de pessoas hostis e brancas, que não ligam pra causa nenhuma. Você encontra um reduto, um lugar que você pode se sentir a vontade. [...] É só um lugar, pra você estar como você gosta de estar, e isso pras pessoas negras em um ambiente como esse é diferente. Assim, eu não consigo igualar. Você estar em um grupo/coletivo, com pessoas negras a vontade como você, e que não vão ficar falando do seu cabelo e você não é o assunto principal. Mas, você se sentir a vontade como você é, não ter que ,sei lá ,se ponderar ou falar de coisas que você não quer . Porque é ,simplesmente, o ser . Você entende?.”(MARIA, 2016)

Outra característica, dos grupos/coletivos, é o potencial de empoderamento político e identitário para os/as estudantes negros/as. As atuações políticas dos grupos/coletivos na UnB, em relação aos direitos de acesso a educação da população negra, a garantia de permanência e o direito ao espaço físico são demandas, que exigem certo engajamento político.

Requerendo dessa maneira, a formulação de novas estratégias dos/as estudantes negros/as inseridos nos grupos/coletivos negros/as, isto é, formas novas de resistência e organicidade coletiva. E nesse processo, destaca-se a importância dos grupos/coletivos como espaço de estudos, promovendo mudanças epistemológicas, novos saberes e a produção de novos conhecimentos a partir do *loci* de enunciação.

Portanto, os grupos/coletivos, orientados enquanto um local de empoderamento e de epistemologias não hegemônicas, possibilitam os/as estudantes o acesso a um arcabouço teórico de autores/as negros/as. Contribuindo, para a valorização e reconhecimento das epistemologias da diáspora negra, das vivências locais e dos/as autores/as negros/as brasileiros/as:

“A primeira ocupação negra, foi um evento justamente pra questionar essa universidade que só tem autores brancos, que só lê autores europeus. Que têm muita coisa ainda, que por mais que no discurso não seja assim, na prática os professores eles não tiveram essa

mudança epistemológica. Então a gente fez esse evento meio que pra falar sobre a gente”. (JOANA, 2016).

“Eu só comecei a ir, e eu fui gostando. Era o que eu buscava na verdade, estava buscando um movimento, e eu não sabia nada sobre o movimento negro. Eu tava buscando algum movimento negro, pra eu poder ter embasamento teórico, pra eu saber como é. E realmente, ter mais conhecimento sobre a questão racial, sobre o que os outros pretos achavam sobre determinado tipo de coisa. Na verdade, renovar o pensamento né. Porque eu até sabia sobre essa questão, que eu tava aqui na UnB e que esse espaço é meu.[...] Você vai vendo que a questão racial vai muito além disso [...]E o que me estimula mais, é ir pras reuniões e ver os debates, ver como que cada um pensa, isso me interessa eu acho muito importante. Porque todo mundo é preto lá, legal né?! Lá todo mundo tem vivência e historia diferente, mas algo em comum. É engraçado, tipo assim as interpretações que cada um tem de um texto, entendeu? Tudo isso, dá um arcabouço muito bom cara” (ANDRADE, Thanity. 2016).

Os grupos/coletivos negros, na UnB, formam uma espécie de rede de atuação conjunta em varias frentes, a depender da necessidade, como por exemplo, nas demandas por ações afirmativas para os programas de pós-graduação, contra os casos de discriminação racial, a reivindicação por espaços de convivência negra e a organização de eventos.

A organicidade, dos grupos/coletivos, não é homogênea, pois cada grupo/coletivo possui uma individualidade. O foco, de cada grupo/coletivo, varia de acordo com as suas propostas de atuação, por exemplo, em alguns o eixo está na atuação direta contra casos de racismo e discriminação racial, outros priorizam o modelo de grupo de estudos. Os grupos/coletivos negros podem atuar conjuntamente, somando forças, a depender da demanda.

O aspecto comum a todos os grupos/coletivos é sem dúvidas o processo de vivência dos/as estudantes negros/as. Tal processo permeia desde o colhimento inicial, a vivência ao longo da participação do/a estudante no grupo/coletivo, a afetividade desenvolvida entre os/as integrantes, o fortalecimento, o apoio, a resistência, a construção de um pensamento crítico com relação à raça e o compartilhamento de experiências são todos esses aspectos propiciados pela

convivência negra nos grupos/coletivos, como fica expresso nas falas, a seguir, dos/as entrevistados/as abaixo:

“O Afroatitudo fortalece muito e vai empoderando, enquanto negro. E vai dando voz, pois é um espaço no qual você pode falar das suas angústias, daquelas questões acadêmicas que oprimem a gente muitas vezes. Da um pouco pra gente fugir disso né! E são nesses encontros, que a gente tem essa oportunidade de estar junto e de compartilhar no coletivo das nossas frustrações ou momentos bons. [...] A acadêmica é frustrante, se você não tem um coletivo ou alguém que te apoie, pois muitas vezes os amigos/colegas de curso não entendem nossa realidade, não compreendem. O coletivo é realmente muito importante, principalmente, para o estudante negro, principalmente para a mulher que é minoria, é muito importante.” (MARIA, 2016).

“Emocionalmente fortalece. Dá um fortalecimento de irmandade, pois você tá num local que você sabe que você pode contar com as pessoas, pra um projeto, esse tipo fortalece, cara. Porque, tipo, você tá em um local que só tem preto entendeu?! E você vê os pretos se reunindo ali, nós por nós, nos esforçando pra gente ter um diferencial acadêmico entende? Porque, querendo ou não, um diferencial acadêmico racial é algo que a UnB não oferece, e ela tá oferecendo mal, mal o espaço, resto tanto faz se virem. Nesse sentido, acho que é isso”. (ANDRADE, Thanity. 2016).

“Hoje em dia, eu faço recorte racial pra tudo, pra quando eu vou numa loja, quando eu chego a uma sala eu olho quantos pretos tem. Hoje em dia, a minha tendência é só de me relacionar com homem negro, as músicas que eu ouço, os livros que eu leio, como eu quero trabalhar dentro do meu curso, tudo tem o recorte racial. O GEAC, tá ali, e como um grupo de estudos a gente acabada estudando muita coisa ao mesmo tempo e isso deixa a gente dentro de várias discussões, que estão acontecendo no nosso mundo racial. Então, hoje em dia é isso, a minha peneira é raça, raça pra qualquer recorte na vida”. (ARANTES, Nakiely. 2016).

“É a relação mais intensa, tem afeto e muitas brigas também. É uma dinâmica entre, pessoas negras, em um país que é pautado pelo racismo. E muitas vezes, entre nós, a gente também reproduz (o racismo), não que a gente cometa racismo um com o outro, mas a gente tem a dificuldade de reconstruir os afetos, temos menos paciência uns com os outros. Então assim, a gente conseguiu construir. Acho que, talvez, por isso que deu tão certo a ocupação negra, porque foi um laço de amizade tão forte entre nós que a gente conseguiu até reconstruir certas alianças e de (pensar no)cuidado entre as pessoas negras. E eu acho que isso continuou, de alguma maneira contínuo. Nesse ano, por mais que se tenha fragmentado(o grupo), eu acho que a maior conquista feita, que por mais que a gente tenha o coletivo e a organização política tenha sido fragmentada, todo mundo hoje que passa pela FD tem a consciência da dimensão da importância essencial do cuidado e afeto negro. Então, as pessoas por mais que não sendo do movimento negro, da organização política negra nos moldes mais clássicos que a gente imagina, vêem que é importante ter o afeto negro entre os estudantes. Você ter laços de amizade negra, fortalecer o rolê negro e não cair nas paranóias brancas.” (PEDRO. 2016)

“ (O grupo) dentro da faculdade, é o espaço que se formou onde se cria vínculos né, porque antes eu não tinha ninguém dentro da universidade. Acho que, seria mais difícil se não tivesse esse coletivo, justamente por causa disso, e por exemplo, a primeira reunião foi o meu primeiro contato de fato com as pessoas dentro da universidade e tal. Eu acho que eu ficaria, assim, bem isolada e tal se não tivesse o coletivo dentro da UnB. Foi ele que fez eu conhecer as pessoas, a gente faz alguns espaços de confraternização. Mas, eu acho que no meu caso, na verdade, eu acho que eu fiz amizades, e eu tenho uma amiga que eu criei dentro do coletivo. Então, eu criei muitos vínculos, e foram vínculos importantes, pra eu tá inserida de alguma forma com as pessoas dentro da universidade. Mas, não foram vínculos que se mantêm muito fora.” (JOANA. 2016).

Os grupos/coletivos negros estão localizados geograficamente na UnB, isto é, em um espaço institucional²⁹, estando sujeitos a enfrentarem algumas dificuldades que podem ameaçar as suas continuidades. Uma dessas dificuldades enfrentadas pelos grupos/coletivos é o racismo institucional.

O conceito de racismo institucional definido, pelos/as ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, em 1969, é de um conjunto de falhas coletivas de uma organização institucional, em prover serviços profissionais às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica³⁰, manifestando o racismo presente nas estruturas de organização da sociedade.

Dessa forma, o racismo institucional, opera como uma falha da instituição em providenciar os meios, os serviços e a seguridade que garantem direitos fundamentais de permanência dos/as estudantes negros/as na universidade. Configurando um impedimento para que os grupos/coletivos negros possam ter dispositivos, recursos materiais, disponibilização de espaços, auxílio financeiro ou políticas públicas para poderem continuar em atuação na UnB.

O racismo institucional, segundo Jurema Werneck(2013: 12)³¹, é uma ação de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo estrutural, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam precariamente, “diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último”. A ausência de serviços, setores, e políticas públicas voltados para a manutenção e permanência da população negra na UnB, são sinais explícitos do racismo institucional, em relação às iniciativas de atuação dos

²⁹ O espaço institucional é entendido aqui como todo o espaço dentro dos limites geográficos da Universidade de Brasília. O uso do espaço físico, tais como salas, auditórios ou núcleos de estudos não estão vinculados a formalização institucional do grupo/coletivo junto à universidade. Alguns grupos/coletivos podem ter autorização legal para ocuparem alguns espaços, mais ainda de maneira precária.

³⁰ **GELEDÉS- INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional.** Trama Design. 2013. 11p. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>>

³¹ **WERNECK, Jurema. Racismo Institucional – uma abordagem conceitual, texto produzido para o Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras.** Abril de 2013. p.12. Disponível em: http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Livro_MaisDireitoseMaisPoder_completo.pdf>

grupos/coletivos. Para além dos serviços, a ausência de apoio institucional dos departamentos e dos docentes, formalmente, também são expressões do racismo institucional presente na estrutura de organização da UnB.

A alta burocratização, presente em qualquer tramite legal na UnB, também constitui entraves para a permanência os grupos/coletivos. Uma estratégia adotada pelos grupos/coletivos é atuarem sem o auxílio da universidade, pois, se por um lado é importante o apoio institucional por outro tornar-se um impeditivo para a atuação dos grupos/coletivos de maneira autônoma.

Um aspecto importante da organização dos grupos/coletivos negros é a rotatividade de integrantes, abrangendo um maior contingente de estudantes circulando de um grupo para o outro. Contudo a rotatividade em demasia pode dificultar organicidade e coesão. Mas, os grupos/coletivos negros, estão sempre abertos a integrar novos/as estudantes, porém, manter um grupo de estudantes assíduos é uma questão de suma importância para a continuidade de cada grupo/coletivo. A seguir alguns trechos das entrevistas, que ilustram tais dificuldades:

“É a burocracia. A burocracia impede muito de a gente avançar, de desenvolver e praticar o que a gente ta discutindo né, de levar pra fora da universidade. E é a burocracia que não deixa isso né.”

(MARIA,2016).

“A gente teve um fôlego inicial. Só que ao longo desse processo algumas pessoas foram, realmente, se dispersado e ficou muita coisa pra pouca gente. Eu acho que hoje se dispersou muito, assim, por exemplo, acho que em 2015 a gente tava com uma força maior do que a gente ta agora. E é um processo que, querendo ou não, é difícil. A gente tava ali pra discutir como seria, mas também tem que ter tipo essa fiscalização, de não dispersar. Eu acho que o racismo institucional da universidade, ele é sentido na forma de tratar os estudantes, meio como se fossem bobos sabe? [...] Eu acho, que isso é um desafio, assim essa relação com a instituição, mas eu acho que a dispersão é o que ta assim mais forte.”(JOANA, 2016)

“Acho que é a flexibilidade. A rotatividade do grupo é interessante mas se têm uma desvantagem, pois a gente também muitas vezes

não consegue avançar nas leituras. Muitas vezes a gente tem que voltar em leituras, que até gente evita porque tem muita coisa que ainda precisa ser lido. Mas às vezes, a gente percebe que é preciso voltar pros textos que a gente já passou, porque aquelas pessoas que estão frequentando naquele momento não estavam em outros quando a gente leu os textos que eram importantes. A falta de tempo também das pessoas negras, que estão sempre envolvidas com muitas coisas e com o trabalho também. Eu acho que é principalmente isso.” (PEREIRA, Bruna. 2016).

5.5 A importância dos grupos/coletivos negros a partir da análise das trajetórias de vida dos/as estudantes negros/as:

É com base nas entrevistas realizadas com os/as integrantes dos grupos/coletivos, conclui-se que o papel social dos grupos/coletivos negros lidos como *quilombos afetivos* é muito importante, sobretudo, na formação de redes de solidariedades entre os/as estudantes negros/as.

Pois é nos grupos/coletivos que se dá a agregação dos/as estudantes negros/as em uma comunidade de fortalecimento, acolhimento, empoderamento, afetividades, vivências, integração acolhimento, produção de conhecimento e construção de novas epistemologias.

Temporalmente, constata-se que a criação de um grupo/coletivo precede a criação de outro grupo/coletivo. Compreende-se, desse processo, que a atuação de determinado grupo/coletivo pode influenciar a criação de outro grupo/coletivo negro e assim sucessivamente. Em 2001, antes mesmo da implementação das ações afirmativas raciais, havia a formação do grupo/coletivo negro Enegreser e depois da implementação do programa de cotas é notável o surgimento gradual de outros grupos/coletivos negros.

Em termos de representatividade, a presença dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília tem repercussão em toda a comunidade acadêmica ainda mais quando estes ocupam espaços físicos. O ato dos grupos//coletivos negros reivindicarem e ocupar um espaço, entendido aqui com um quilombo, em uma instituição branca e hegemônica, como Universidade de Brasília é, por si só, motivo de comemoração, mas não de contentamento.

A cada grupo/coletivo negro que surge é um grupo a mais de estudantes

negros/as que resistem e que unidos constroem a historia de luta do movimento negro na UnB. A seguir algumas falas sobre a importância dos grupos/coletivos:

“O Afroatitude já tem mais de 10 anos, ele tem toda uma historia né, e tem algo pra ser resgatado. Então assim, a importância dele e a sua influência pelo fato dele ter surgido também conjuntamente com o Enegreser[...], tem toda uma historia. Se não existisse, eu não sei se haveriam outros coletivos, porque até onde eu saiba, antes tinha apenas o Enegreser e o Afroatitude que atuavam na universidade e que eram mais ativos. Então a importância que ele tem cara, fez uma diferença. E faz muita diferença pra quem participou ou pra quem apenas sabia da existência. Mas, tem uma influência né, ele está ali, então o mais importante é isso. Então, se ele não existisse, talvez, teriam várias pretas e pretos soltos, por ai na universidade. Não teriam essa interação [...] O Enegreser fazia isso, o Afroatitude também, os dois foram extremamente importantes no incentivo a criação de coletivos pra discutir a questão racial, mas mesmo tendo sido um programa que, por mais que ele fosse institucional, ele tem a importância de ter feito parte da historia do movimento negro, e ainda de estar aqui.”(MARIA, 2016).

“O GEAC, é formado por várias pessoas, mas que, às vezes, por outras prioridades não podem ficar. Sabe, isso é um fator social dentro da universidade, porque somos um grupo coeso e estamos ali prontos pra receber as pessoas negras que tenham vontade. Acho que, por existimos já é um marco de luta. E pessoalmente, é o empoderamento que se dá por meio do coletivo, porque tem gente que consegue se empoderar individualmente e tem gente que precisa de um coletivo. Então o GEAC é importante por isso ,aqui na universidade” (ARANTES, Nakiely. 2016).

“Eu acho muito importante esse papel que gente estava fazendo de acolher sabe?! Uma acolhida dos calouros e das calouras, de tipo assim, da gente fazer uma roda de conversa e daí começa a falar sobre a negritude. Então, eu acho que é um papel muito importante pras pessoas que estão chegando, porque já vai dando de cara com um coletivo. Eu acho que eles vão ter uma vivência muito diferente.[...].E eu acho que é muito importante mesmo o papel de

enfrentamento contra o racismo institucional, porque não fica uma coisa só individual, sabe ? Fica uma coisa que: se eu sei que se acontecer algum caso de racismo que tipo eu queira externalizar, eu posso falar no grupo e eles vão me apoiar. Então, eu acho que é muito importante esse papel..., e da gente se sentir seguro né e que existem pessoas que vão te respaldar se você passa por casos de racismo. Contra esse racismo institucional, que existe na universidade, então eu acho que é um papel fundamental, principalmente, tipo pros alunos que estão entrando, digo pra eles principalmente, pra eles já entrarem nesse debate.” (JOANA, 2016).

“Eu acho que tem esse papel fundamental de acolhimento e também de fortalecimento individual e coletivo. [...] Eu acho que é um dos principais objetivos é a construção de uma rede de mulheres negras intelectuais ,e isso não é pouca coisa [...] Acho que é isso, é um espaço que é politicamente importante porque a gente treina a nossa fala, pois muitas vezes as pessoas que chegam lá, chegam muito humildes no pior sentido. Assim ,achando que elas não sabem nada, que o conhecimento delas não está a altura, que não são dignas nem de ser conhecida e falada. E esse é um dos exercícios mais importantes que a gente faz ali, o de falar e de sustentar a sua própria opinião e de se reconhecer digna de ocupar aquele espaço. Porque isso é muito negado, e com muita freqüência pra gente, então, é muito importante quando a gente pode desfazer esse aprendizado, que partiu da supremacia branca, e aprender também a se posicionar inclusive fisicamente e intelectualmente. Dá espaço pra nossa voz, pra nossa existência e pro nosso conhecimento, pros nossos projetos e opiniões, e essas redes de trocas também e de fortalecimento.”(PEREIRA, Bruna. 2016)

“Eu acho que é um dos espaços fundamentais de resistência, porque como pessoa negra e pensando na historicidade das lutas negras no Brasil, todo momento que se tem de reação na nossa história ele vem afirmando uma identidade nacional e unificadora que apaga as nossas diferenças. E que tenta pensar o Brasil, com homogêneo, a questão racial é sempre aquela mais complicada é a que mais gera tensionamento no Brasil. Às vezes, você consegue falar mais da

desigualdade social e pautar isso nas políticas públicas, do que falar da questão racial, pois ela coloca uma questão de poder muito clara. Você reivindica um local de poder, que nunca nos foi dado e ele é muito expresso né, ele é expresso no corpo das pessoas, na cor das pessoas, nas expressividades culturais. Então, eu acho que é como se fossem trincheiras avançadas, os coletivos negros, dentro da universidade. Trincheiras avançadas, que muitas vezes fazem o papel de contenção das lutas que estão crescendo fora, que são mais importantes, mas eles são trincheiras e trincheiras no sentido tanto do combate, do confronto e do tiroteio. Mas também de regeneração, de saúde, acolhimento e de fazer com que as pessoas permaneçam aqui dentro, e de dá um sentido a vivência universitária que muitas vezes a gente não encontra. E então, assim, por mais que as políticas públicas sejam feitas pelo Estado, (por analogia) os coletivos negros são uma espécie de política pública não estatal, até porque um política que defenda uma forma de mudança e que não se pautem pelo Estado é o que eu vejo muito esses espaços. E como espaços orgânicos, até usando a Beatriz Nascimento, historiadora negra, ela falava: “todo espaço negro é um quilombo” e um quilombo no sentido de espaço coletivo negro, um quilombo que tenta recriar um modo de vida que é algo alternativo a essa sociedade. Dois negros conversando, como a gente tá fazendo, aqui é uma resistência num país que a todo momento tá tentando quebra essa comunicação, entendeu, entre nós?! Então, acho que é isso. Acho que é fundamental pra você pensar democracia no Brasil hoje, acho que só as pessoas negras nos seus diversos espaços, inclusive na universidade, então tensionando o que a gente tem ou não alguma democracia hoje”. (PEDRO, 2016).

Por fim, o lugar dos/as estudantes negro/a não é apenas dentro de um grupo/coletivo, mas em todos os lugares da universidade e da sociedade. Os grupos/coletivos oferecem mecanismos e instrumentos de empoderamento político, pessoal, intelectual e emocional que preparam o/a estudante negro/a para lidar com as situações de tensionamento ou discriminação racial em todos os espaços da sociedade.

E principalmente, os grupos/coletivos, são um lugar no qual a experiência negra, a produção de conhecimento e o local de fala são valorizados, refletindo

assim, em um espaço de estímulo as produções acadêmicas no estilo *outsider within*.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa fez o esforço de codificar, em linguagem acadêmica, as experiências vivenciadas por alguns estudantes negro/as da Universidade de Brasília que integram os grupos/coletivos negros. A partir das análises das entrevistas com os/as estudantes negros/as, constatou-se que ainda é preciso muitos esforços para a melhoria na vivência acadêmica dos/as estudantes negros/as e para que a UnB seja de fato um espaço de integração, e um local no qual as relações sociais sejam destituídas das práticas racistas por parte dos/as docentes, estudantes e da própria instituição.

É preciso uma mudança postural de toda a sociedade brasileira. Acredita-se que a Educação seja fundamental para que haja melhorias nas relações inter-raciais. A efetivação da aplicação da Lei nº 10.639/03, que prescreve obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira é o passo inicial para essa mudança e positividade da imagem do/a negro/a. Contudo, sabe-se que as instituições de ensino básico resistem ferrenhamente na sua aplicação. O que no ensino superior se reflete enquanto a ausência de disciplinas que abordem a temática racial, a falta de docente negros/as e do compromisso da instituição em combater o racismo e as diversas formas de discriminação.

Os grupos/coletivos, nesse contexto, revelam-se como estratégias de resistência dos/as estudantes negros/as na UnB. Pois, permitem que os/as estudantes minimizem de forma coletiva o impacto de estar em um espaço que não foi projetado, pela hegemonia de Estado branco, para a população negra.

A hostilidade, sentida, pelos/as estudantes negros/as na universidade é tão grave e ao mesmo tempo naturalizada nas relações interpessoais. Não se sentir a vontade ou não poder livremente se expressar, fazem parte dos mecanismos cerceadores de liberdade presentes na estrutura colonial escravocrata que ainda ecoa pelo país, principalmente quando em situações de relações hierárquicas e de poder.

Os grupos/coletivos, também operam na mudança da disposição dos corpos e do espaço físico na instituição, pois a presença negra e de forma organizada ainda

causa um estranhamento e uma “ameaça” a ordem vigente, o que provavelmente faz com que o racismo institucional incida em demasia sobre os grupos/coletivos negros.

A adoção das políticas públicas de ações afirmativas propicia gradualmente o ingresso de novos estudantes negros/as à universidade. Porém, não basta apenas à garantia do acesso, pois, a permanência e o bem viver desses estudantes também deveria ser pauta das políticas públicas. Uma política pública que preze apenas pela representatividade negra nos espaços e que exponha os/as negros/as a situações cada vez mais discriminatórias é no mínimo negligente com o emocional e o subjetivo de cada pessoa negra. Uma vez que a probabilidade de ser o/a único/a negro/a no ‘rolê’, na sala de aula, nos Departamentos ou nos Programas de Pós-Graduação, aumentam consideravelmente as chances de sofrer com o racismo e as discriminações raciais.

Em uma das falas dos/as entrevistados/as surge a ideia de que os grupos/coletivos formam uma espécie de política pública não estatizada³², e de fato os grupos cumprem com um papel social de acolhimento, fortalecimento e empoderamento que quiçá o Estado algum dia irá alcançar. Apesar de todas as limitações na atuação dos grupos/coletivos, assim como do movimento negro como um todo, eles permanecem atuando e agregando cada vez mais a população negra.

Em suma, o programa de cotas raciais adotado pela UnB, foi um marco de conquista do movimento negro e constitui a peça necessária para a posterior organização negra na universidade. Porque, sem as cotas raciais desconhece-se a probabilidade de haverem grupos negros na UnB ou de um número de estudantes negros/as suficiente para consolidarem grupos/coletivos negros.

O processo proposto de resgate das vivências, dos/as estudantes negros/as na universidade, através de entrevistas qualitativas e semi estruturadas, é o ganho substancial para se compreender as dinâmicas relacionais dos/as estudantes negros/as na UnB, de expressar um mínimo da realidade racial na universidade e de reforçar o papel dos grupos/coletivos na vivência acadêmica dos/as estudantes negros/as.

³² Ver pagina 81. Entrevista com Pedro, integrante do Coletivo Negro da Faculdade de Direito- FD.

Em relação às limitações desta pesquisa, destacam-se as dificuldades de entrar em contato com os/as integrantes de outras gerações dos grupos/coletivos negros mais antigos. A disponibilidade pequena de tempo para ser feito as análises com qualidade impecável. E o principal desafio, sem dúvidas, foi o de traduzir, transliterar e encaixar as teorias acadêmicas à realidade vivenciada. Por privilégio, a maior parte das referências bibliográficas utilizadas, foram as de autores/as decoloniais que possuem um arcabouço de produções epistêmicas negras e que valorizam as vivências e o local de enunciação dos/as sujeitos/as negros/as.

O objetivo dessa pesquisa, para além de constatações acadêmicas é que ela possa inspirar as gerações futuras de negros/as intelectuais da UnB, a escreverem sobre suas experiências, práticas e cotidiano. E que ela se torne um incentivo a adoção de um olhar decolonial e respeitoso para com todos/as os/as envolvidos/as.

Enfim, uma nova forma de sociologizar a vida. A tentativa de enegrecer a produção de conhecimento por e para os/as estudantes negros/as da Universidade de Brasília, a partir de suas vivências e de sua experiência política e biopsicossocial de resistência, resiliência, é a investida na valorização do protagonismo dos/as negro/as inseridos no espaço acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFROPRESS. População negra já passa dos 100 milhões, garante IBGE. Da Redação. 01/09/2013. Disponível em: <http://www.afropress.com/post.asp?id=15404>. Acesso em 23/06/2016.

BARBOSA, Miltom. Movimento Negro: Um pouco da História Não Oficial! Movimento Negro Unificado : 27 anos de luta. 2005. Disponível em: <http://afrodescendentes1.blogspot.com.br/p/afromundos.html> Acesso em:06/09/2016

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia. Racial no Brasil. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 2, 2002, pp. 247- 273.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Ação Afirmativa no Brasil: a construção de uma identidade negra? XXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 20p. Disponível em: www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view.

BRANDÃO. Andre Augusto. Rompendo Barreiras Educacionais: Negros no Ensino Superior. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 14 (1):147-171, Apud Moema Teixeira poli. 2004.

CARNEIRO, Sueli. Negros de pele clara: Contra o discurso da mediocridade “moreninha”.02 de junho de 2004 .Disponível em : <www.cnbb.org.br/documento_geral/Negrosdepeleclara.doc>.

CARVALHO, José Jorge. Usos e abusos da Antropologia em um contexto de tensão racial: O caso das Cotas para negros na UnB. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, jan/jun 2005.

CARVALHO, José Jorge de. Uma Proposta de Cotas para Negros e Índios na Universidade de Brasília. Revista: O público e o privado - Nº 3 - Janeiro/Junho – 2004. P.9-5

Comissão para avaliação dos 10 anos de implantação da política de ação afirmativa para o ingresso de estudantes na UnB: Mauro Luiz Rabelo (DEG), Dione Oliveira Moura (FAC), Nelson Fernando Inocêncio da Silva (SE COM), José

Jorge de Carvalho (ICS), Girlene Ribeiro de Jesus (FE), Maria Eduarda Tannuri Pianto (FACE) e Maria de Fátima Ramos Brandão (DEG). Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília. Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013©Universidade de Brasília. 2013. *Campus* Universitário Darcy Ribeiro. Disponível em:

<www.unb.br/administracao/decanatos/deg/.../reatorio_sistema_cotas.pdf>

Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ.

Coordenadora-Geral: Isabelle Alline Lopes Picelli **Quilombolas**. Disponível em:

<<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas> >Acesso 03/08/2016

COLLINS, Patrícia Hill (2016) **Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. *Estado e Sociedade*, v. 31, n.1 (no prelo). 29 p.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 junho de 2016. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>

FERES JÚNIOR, João. **DAFLON, Verônica, ET AL.** **Levantamento das políticas de ação afirmativa (gema). O impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais**. 2013. P.35. Disponível em:

<<http://gema.iesp.uerj.br/publicacoes/levantamento/levantamento2.html> >

GELEDÉS- INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional**. Trama Design. 2013. 37p. Disponível em:

<<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>>

GELEDÉS- INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Movimento Negro**. 18/05/2009.

Disponível em: <http://www.geledes.org.br/movimento-negro/>, acesso em: 20/0/2016

GILROY, Paul (2001) **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. SP/RJ: Editora 34 e Ed.UCAM.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003 p. 171. Disponível em:
<www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. *Revista Política & Sociedade. Volume 10 – Nº18 – abril de 2011. PP.133- 164*.

GONZALES, Lélia. **“Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”**. *Ciências Sociais Hoje*, n. 2, ANPOCS, 1984 , pp. 223 – 244).

HOOKS, Bell (1995). **“Intelectuais Negras”**. *Estudos Feministas*, V. 3, n. 2, p. 464 -478.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39: il. 18

LIMA, Arioaldo. **A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: Negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual**. *Revista Afro-Ásia*, 25-26 (2001), 281-312 .

LUIZ, Cristiana dos Santos. **Programa Brasil AfroAtitude como estratégia de política sócio racial inclusiva**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, Distrito Federal 2010.

LEWANDOWSKI, Ricardo. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental**. Distrito Federal. p.186.. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>>.

Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Programa Nacional de DST/AIDS. **Brasil Afroatitude: Primeiro Ano do Programa**. Série Anais, Seminários e Congressos nº 6. Brasília, 2006. p.14.

NASCIMENTO, Abdias (2002) “**O Quilombismo**”. In Abdias Nascimento. O Quilombismo. Brasília/Rio de Janeiro: FCP/OR editor, pp. 255 -295.

RAMOS, Arthur. 1942. **Aculturação negra no Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional Brasileira: Biblioteca Pedagógica, série 5, v. 224

RATTS, Alex. **Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. 2007. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Kwanza. 129 páginas

SEABRA, Luciana. **Pioneiros na luta contra a exclusão: Alunos e professores da UnB estimulam a inclusão por meio do EnegreSer e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros**. Disponível em: <<http://www.secom.unb.br/unbagencia/ag0304-61.htm>>. Acesso em 17/11/2015.

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO. Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal. **Sistema de Cotas: Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temáticas**. Setembro. 2010. Disponível em: <www.stf.jus.br/arquivo/cms/.../anexo/Sistema_cotas_set2010.pdf>

SOUSA, Neuza Santos. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** /Neuza Santos Sousa.-Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.Coleção Tendências; v4.

TEIXEIRA, Moema de P. **Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

WALSH.Catherine.¿**Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras?Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales**. Revista Nomadas. NO. 26. ABRIL 2007. UNIVERSIDAD CENTRAL – COLOMBIA. 102-113 páginas.

ANEXO I

Roteiro do levantamento de dados a respeito dos grupos/coletivos raciais/afrocentrados- UnB - 2015

1-Histórico do grupo/coletivo:

- Quando e como começou a organização? (ano, cursos envolvidos, etc)
- Tinha algum contexto específico? Se sim descreva.

2-Sobre a organicidade do grupo/coletivo:

- Quantos (as) integrantes?
- Quantas frentes internas?
- Qual é a periodicidade dos encontros/reuniões ?
- A inserção no grupo é aberta ou tem restrições?
- Possui parcerias/diálogos com outros grupos?
- Possui membros do corpo docente integrado ao grupo? Se sim de que forma?
- O grupo/Coletivo é institucionalizado? Se sim há dificuldades e se não por que não é institucionalizado?

3-Sobre a duração do Grupo/Coletivo:

- A que é atribuída a continuidade do grupo ?
- Se as atividades do grupo/coletivo foram interrompidas, quais foram os motivos?
- Quais foram/são as principais dificuldades da permanência do grupo/coletivo?

ANEXO II

ENTREVISTA- TRAJETÓRIA DE VIDA - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO

Trabalho de conclusão de curso - Bianca Aparecida dos Santos Caixeta
Tema provisório: Movimento negro universitário: Um olhar decolonial sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília.

1-Dados gerais

- Nome completo ou fictício:
- Idade:
- Cidade:
- Curso:
- Semestre:

2- Percepções da vida antes da universidade

- Onde cursou o ensino médio?
- O que você ouvia sobre a UnB antes de ingressar nela?
- Quais influências te motivaram a entrar para a UnB?
- Você fez quantos vestibulares? Em qual vestibular você passou?
- Você já tinha ouvido falar do programa de cotas? Em específico das ações afirmativas da UnB?

3- Percepções sobre o ingresso na UnB

- Como foi o processo de ingresso por cotas na UnB? Você fez entrevista, autodeclaração ou foto?
- Por que optou por essa forma de ingresso?
- O que você achava do sistema de cotas antes de entrar na UnB?
- Como foi para você a sua vivência logo após seu ingresso na universidade?

4- Percepções sobre a racialidade e corporeidade

- Quando você começou a se identificar racialmente? A pensar no processo de constituição da sua identidade racial?
- Fale sobre suas dificuldades de adaptação, sobre possíveis episódios de discriminação racial, dificuldade de permanência, estratégias ou formas de resistência – caso você se sinta a vontade.
- Como você percebe o olhar do outro com relação a sua presença?
- Como esteve/esta a sua saúde emocional, física e psicológica com relação o com a sua vivência na universidade?
- Atualmente como você percebe sua postura corporal? Em tensão, em alerta, relaxado etc , sobretudo, no ambiente universitário.

5- Participação nos grupos/coletivos

- Como você conheceu os grupos/coletivos negros? Narre sua inserção no grupo/coletivo
- Como o grupo/coletivo que você participa/participou se formou? Narre o processo de mobilização e atuação do grupo/coletivo
- Como são/foram desenvolvidas as atividades no grupo/coletivo, em termos de organicidade?
- Há/houve apoio de professores/administrativo aos grupo/coletivos?
- Como são/eram definidas as pautas políticas, atividades e encontros?
- Quais são as principais dificuldades que o grupo/coletivo está sujeito a enfrentar na universidade?

5.1- Sobre a vivência nos grupos/coletivos negros/afrocentrados:

- Como é/foi a sua relação com o grupo/coletivo fora das reuniões? Você desenvolveu laços de amizade ou afetividade?
- Você se sentiu acolhido pelo grupo/coletivo? Você poderia narrar o seu processo de acolhida?
- Como a vivência no grupo/coletivo influenciou na sua vida acadêmica? E política? E social?
- Qual papel social que você atribui ao coletivo/grupo negro que você participa/participou? Tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista pessoal/emocional

ANEXO III

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

ANEXO VI :

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Art. 7º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a

cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF

Aloizio Mercadante

Miriam Belchior

Luís Inácio Lucena Adams

Luiza Helena de Bairros

Gilberto Carvalho